

Relatório de Identificação e delimitação

da A. I. Cuiú-Cuiú

Priscila Faulhaber¹

¹ Coordenadora do GT. Pesquisadora do CNPq/ Museu Goeldi

1. Introdução

Trata-se de expor neste relatório a proposta de identificação e delimitação da A.I. Miranha do Cuiú-Cuiú, no baixo Japurá, pelo Grupo Técnico instituído pela Portaria 0745/94 -Pres, de 18 de agosto de 1994.e os trabalhos complementares por grupo definido na portaria 1199 de 1 de dezembro de 1995. A primeira equipe foi constituída por Priscila Faulhaber Barbosa (antropóloga), Peter Jorna(antropólogo), Jânio Queiroz de Oliveira(engenheiro agrônomo da FUNAI-AM), Genival dos Santo Oliveira, Oberdan dos S. Torres(técnico agrícola/INCRA), Zenildo Castro(topógrafo/FUNAI/AM) e Clodoaldo Duarte(técnico agrícola/IFAM/AM. Na segunda viagem, os dois últimos técnicos foram substituídos por Orisson Leite Ramalho(técnico agrimensor da DAF/FUNAI/BSB) e Emidmar Medeiros de Araújo(técnico agrícola do Instituto Fundiário do Amazonas(IFAM), respectivamente.

Os índios desta área se identificam como Miranhas, embora tenha sido registrada a presença minoritária de outras etnias, como Cambeba, Cocama, Mayorúna, Mura, Canamari, (ver detalhes no Censo, anexo 1). Esta área é composta pelas seguintes aldeias:

| Aldeias | famílias | | | habitantes | | |
|------------------------------|----------|----|----|------------|-----|-----|
| | 92 | 94 | 95 | 92 | 94 | 95 |
| 1. Baixo Grande ² | 2 | | | 12 | | |
| 2. Nova Estrela | 8 | 6 | 9 | 39 | 35 | 52 |
| 3. São José | 11 | 14 | 13 | 67 | 74 | 75 |
| 4. Vila Nova | 16 | 19 | 21 | 94 | 123 | 146 |
| 5. São Raimundo ³ | 5 | 1 | | 28 | 11 | |
| 6. São Pedro | 14 | 15 | 17 | 80 | 84 | 94 |
| Total | 56 | 55 | 60 | 320 | 327 | 367 |

Esta área está sob jurisdição do Posto Indígena de Tefé, ADR. Manaus. A principal reivindicação do grupo, além da demarcação, é a carência de ferramentas de trabalho agrícola e fornos para torrar farinha. Solicitam também 8 placas de área interditada pela FUNAI, para sinalizar os pontos mais suscetíveis de invasão.

² No Baixo Grande, não havia mais ninguém em 1994. Na aldeia de São Raimundo, como só habitava ali uma família, trabalhando de comum acordo com o Tuxaua Marinho, que é o representante geral da A.I. do Cuiú-Cuiú.

³ Em 95 não existia mais o São Raimundo, pois todos haviam ido embora

A A.I. do Cuiú-Cuiú localiza-se no município de Maraã/AM, margem esquerda do Japurá, pouco abaixo da boca do Aranapú. O acesso é pelo rio Japurá, a um dia de viagem por barco desde Tefé até lá. Existem barcos para passageiros regulares que saem de Tefé todas as quartas feiras. Servem como meio de transporte também os barcos dos regatões e de ribeirinhos. O acesso ao centro da área indígena é feito em geral, em pequenas canoas, pelo lago do Cuiú Cuiú, ou por igarapés. Também vão ao centro por terra, seguindo em geral caminhos por meio da mata, embora a via fluvial seja preferida, pela maior facilidade de locomoção.

O presente relatório de identificação e delimitação atende à reivindicação dos Miranhas do Cuiú-Cuiú, em documento de 16 de agosto de 1993, que pedia a presença da FUNAI na área, pois tratava-se uma situação conflitiva, registrando-se inclusive ameaças de morte. Como já havia sido feita uma primeira identificação, em dezembro de 1992, a FUNAI me solicitou um parecer sobre o relatório 1794/92, realizado a partir da portaria 1792/92, de 30/11/92. Eu considerei que não seria possível dar um parecer sem uma visita à área que tornasse possível uma avaliação circunstanciada dos conflitos. Trata-se de uma região onde impera a violência costumeira, dada uma cultura política instituída com as práticas de ocupação primária sobretudo na virada do século, que foi a época do apogeu da borracha, dos conflitos entre caucheiros e do genocídio de Miranhas e Uitotos no Putumayo /Caquetá (ver Faulhaber, 1994). Nesta segunda expedição a equipe da FUNAI por mim coordenada entrou em contato com os índios no sentido de esclarecer sobre a atuação da FUNAI no sentido da demarcação e realizar uma avaliação dos conflitos. Ficou caracterizada a má fé por parte do Sr Arnaldo Teixeira, que mesmo sendo casado com uma sobrinha do tuxaua geral, Marinho Secundino Vieira, insiste em escarnecer dos "índios" e usar de todos os meios para explorá-los(ver anexo 2). A incompreensão e a discriminação étnica estão por trás das ameaças de morte, que são uma constante na história da ocupação humana na região e um fator constitutivo da identidade Miranha. Esta situação conflitiva, que é um mal crônico na vida regional, condiciona a tensão social que se manifesta mesmo entre os próprios Miranhas, o que os levou em um passado recente a ocultar sua identidade social. Isto levou alguns deles, moradores do São Pedro, orientados por terceiros interessados nos recursos econômicos deste território - sobretudo o peixe - a afirmar que não se tratava de uma área indígena, mas uma propriedade. Foram até Tefé, para registrar a área em seu nome, mas não chegaram a ir a Manaus, mesmo porque não teriam nenhum documento comprovando sua propriedade⁴). Sem uma política indigenista e educacional no sentido de valorizar a autonomia Miranha, estes conflitos

⁴Em dezembro de 95, quando foram realizados os trabalhos complementares, ficou esclarecido que o Sr Antonio Marinho, que requereu uma posse na Gleba Cuiari, não vive mais na área, mas em Brasília. Sua posse fica, portanto, invalidada. Ele é filho do falecido Antônio Marinho, que é irmão de João Marinho(+) que é pai de João Marinho que é Miranha atualmente reside na área indígena e quer continuar trabalhando e vivendo com os Miranhas do São Pedro. Também foram esclarecidas dúvidas a respeito da não validade de comprovantes de pagamento de imposto territorial rural, como os quais alguns deles, indevidamente orientados, pensavam poder obter indenização. Foi esclarecido que o imposto territorial rural não se aplica a terras indígenas, e que o comprovante de seu pagamento não dá direito a qualquer indenização.

tendem a continuar acontecendo. Assim como sem a demarcação imediata destas terras, irão certamente eclodir conflitos que tornarão ainda mais complicada uma situação já tensa.

A apresentação do presente relatório tem por objetivo somar com as propostas do relatório anterior, e acrescentar informações que possam contribuir para uma política indigenista adequada às exigências da complexidade da situação, no sentido do reconhecimento da etnia Miranha, que é de grande importância para o passado e o presente das relações interétnicas na região, e sobretudo no Japurá.

2. Histórico

Em diversos depoimentos, os Miranhas indicaram que vieram ao Brasil fugindo dos caucheiros colombianos. Esta afirmação parecia contraditória com as fontes bibliográficas produzidas sobretudo por ingleses e colombianos, nas quais são registradas denúncias sobre o genocídio cometido por agentes da Casa Arana, ou Companhia da Amazônia Peruana (Amazon Ruber Company), que declaradamente se dizia promover a civilização em meio à selva, atuando como representante dos interesses nacionais peruanos⁽⁵⁾.

Na pesquisa documental, foram buscadas também fontes sobre a etnia Miranha na Colômbia, de onde eles haviam se deslocado, na tentativa de elucidar os motivos destes deslocamentos e a rede de relações entre atores com os quais interagiram. Nos arquivos consulares, foram documentadas denúncias, por parte de peruanos e colombianos, relativas ao negócio clandestino de escravos indígenas por comerciantes brasileiros. Estas denúncias continuaram se registrando até o século XX, quando a escravidão - de índios, negros ou brancos⁽⁶⁾ já fora abolida.

Em diversos estudos atuais produzidos por antropólogos e historiadores colombianos, são registradas e analisadas informações sobre os atos de resistência Miranha e de outras etnias do Caquetá Colombiano⁽⁷⁾. Nestes estudos, é indicado o discurso, por parte de representantes da Colômbia, de que o "tráfico de escravos indígenas" por comerciantes brasileiros continuou até o século XX. Estas informações indicam conexões entre a história Miranha no Brasil e na Colômbia. A pesquisa histórica revela, no entanto, que estes negócios clandestinos eram realizado tanto por comerciantes do Brasil, quanto da Colômbia e do Perú, os quais inclusive travavam entre si relações mercantis. As denúncias por parte dos países limítrofes servem como uma demonstração de que o processo de representação da nacionalidade entre países fronteiriços implica a constituição de identidades contrastivas. Na situação aqui enfocada, os comerciantes brasileiros, colombianos e peruanos, expressaram estas identidades em oposição uns aos outros, embora não houvesse contradição entre suas práticas, pois formavam inclusive conexões mercantis

⁽⁵⁾ A Casa Arana tem sido apontado como um exemplo histórico da instituição na Amazônia de relações sociais de sujeição inculcadas pela "cultura do terror"(Taussig,1983).

⁽⁶⁾ No relatório de pesquisa "Indigenismo e nacionalidade...."(Faulhaber, 1994), foi feita uma leitura sistemática das fontes consulares sobre o assunto, cujas principais implicações serão resumidas no item 1 deste artigo.

⁽⁷⁾ Citam-se, entre outros, os seguintes trabalhos: PINEDA CAMACHO, Roberto. *La Casa Arana*,.....,1993; LANDABURU, Jon & PINEDA CAMACHO, Roberto. *Tradiciones de la gente del hacha*, 1983:25. GUYOT, Mireille. "Le Travail du Caoutchouc(1972)", "La Historia del mar de Danta, el Caquetá(1979)", "El relato de O'ioi"(1983).

interfronteiriças. As relações de oposição manifesta foram consumadas contra as etnias indígenas, expostas a processos violentos cuja expressão mais dramática foi o etnocídio.

Em tais processos os representantes da etnia Miranha foram forçados a se separar de seu grupo de referência. Foi produzida assim a fragmentação da etnia Miranha, que representou a constituição da identidade Miranha em diferentes países, como Brasil, Perú e Colômbia. Os descendentes dos deslocamentos da etnia Miranha no Brasil reinterpretaram estes processos violentos e reconstruíram sua identidade. Seus depoimentos atuais indicam que não se representam mais como um povo homogêneo, mas como representantes desta etnia que escolheram deliberadamente apresentar esta identidade com relação à política indigenista e a outros atores da sociedade local. Constituem-se assim como membros de grupos étnicos que se territorializaram nas três Terras Indígenas Miranha brasileiras: Miratu, Méria e Cuiú-Cuiú⁽⁸⁾, conforme se pode verificar no mapa, fornecido pela FUNAI em 1995.

Foi registrado em depoimentos que passaram pelo Japurá no início do século XX, onde já existiam parentes que haviam migrado em momentos anteriores⁽⁹⁾. Moraram algum tempo nas redondezas do antigo seringal Jubará - que fora em um passado recente ponto final dos navios a vapor brasileiros legalizados - residindo às margens do lago do Cuiú-Cuiú. Lembram-se ainda hoje que um navio de nome Marapatá transportava castanha e madeira até Manaus. Como continuaram sofrendo perseguições dos caucheiros colombianos, muitos deles foram morar e extrair castanha no Médio Solimões em duas terras: um castanhal próximo ao lago do Uarini (terra indígena Miratu) e outro no Igarapé de Alvarães, ou Igarapé Grande, em uma localidade no interior da mata denominada onde se situou a terra indígena Méria. Estes três centros Miranha (Cuiú-Cuiú, Miratu e Méria) são caracterizados pela mesma vegetação - o araparizal, que parece proteger a população de invasões, pois se o intruso não conhece onde estão os troncos pode encalhar, danificar a embarcação, ou mesmo naufragar.

Os Miranhas das terras indígenas do Médio Solimões e Japurá afirmam que entregavam a produção ao navio Marapatá, onde viajava Isidoro Sampaio, Inspetor de Índios em Alvarães, que reconheceu as terras indígenas do Miratu e Méria. Esta segunda foi demarcada pelo Serviço de Proteção aos Índios em 1929, com a participação dos Miranhas do Miratu. Como os Miranhas que se lembram destes fatos estão muito

⁽⁸⁾ Optou-se neste artigo por utilizar a convenção gramatical brasileira (e não a convenção da Associação Brasileira de Antropologia de 1954). Será colocado no plural, quando for o caso, o nome Miranha, indicando assim que a auto-representação desta identidade é produto de uma decisão de indivíduos de reconhecerem-se em sua origem étnica Miranha, e identificarem-se como representantes deste grupo étnico nas terras indígenas Miranha que existem no Brasil. Quando se refere à etnia Miranha, será empregado o singular. Como a situação de Mayorúnas, Cambebas, Cocamas, etc, no Médio Solimões é muito semelhante, serão adotados os mesmos procedimentos em relação a eles. Utiliza-se neste trabalho o termo terra indígena tanto quando se trata de terra indígena já identificada pela FUNAI, quanto quando se refere à ocupação territorial por grupos étnicos, se utiliza o termo terra indígena.

⁽⁹⁾ Foram registrados, mediante pesquisa etnográfica, depoimentos que referentes a representações de que os Miranhas sempre estiveram pelo Japurá até Tefé, vivendo e viajando por estes rios. Em uma pesquisa etnohistórica realizada previamente a este trabalho, observamos representações sobre a etnia Miranha em toda a história da etnologia sobre a região. Naquele estudo, foi estabelecido um inventário das descontinuidades históricas, que correspondem a diferentes representações sobre a identidade indígena e representações sócio-territoriais e fronteiras étnicas (FAULHABER, 1993:163). Como são mais vivos na memória Miranha os relatos associados aos conflitos fronteiriços e étnicos da "época do caucho" e da história recente da definição da fronteira Brasil/Colômbia, no período compreendido entre meados do século XIX e meados do século XX, é feito no presente estudo um recorte tendo em vistas observar este momento.

idosos(10), e a maioria morreu, são bastante sutis as linhas que permitem traçar uma correspondência entre os relatos dos índios e os documentos escritos que fornecem pistas para um estudo etno-histórico e uma reflexão sobre a memória social destes índios.

Existem hoje no Brasil as Terras Indígenas Miranhas da Méria(Alvarães), Miratu(Uarini) e do Cuiú-Cuiú, localidade adjacente que foi identificada pela FUNAI em agosto de 1994.

Será feito, a partir deste ponto um breve resumo da história da ocupação Miranha no Japurá, resultante da leitura de documentos que tratam do assunto, para a seguir serem apresentadas as observações sobre a formação das terras Miranhas no Brasil. Será, deste modo, estabelecido um exercício no sentido de cotejar a memória social Miranha e as fontes documentais que se referem ao passado recente de seus deslocamentos sócio-espaciais.

2.1. Os Miranhas na história do Japurá.

As referências à etnia Miranha no Japurá ⁽¹¹⁾na literatura etnológica sobre a região são antigas⁽¹²⁾, e passam a aparecer sistematicamente a partir do século XVII.

Em informação fornecida pelo prático Eugênio Ribeiro a Carneiro de Mendonça, em carta com a data de 25 de março de 1755 a Mendonça Furtado, consta que acima da primeira cachoeira do alto Japurá, se encontraria o rio Peridáz (este rio se comunicaria com o Ideá, e por ele com o Issá Paraná), onde habitavam índios Peridáz, Miranhas⁽¹³⁾, Cituazes e Pepirivás.

Mendonça Furtado representava a política pombalina de institucionalização das relações mercantis e do trato com os índios, colocando-se declaradamente contra o que chamava "tráfico" e "contrabando" ⁽¹⁴⁾, ou seja, negócio clandestino, que incluía escravos indígenas. Procurava também relação direta com os "principais", ou seja, chefes indígenas, e consta que teve contato com os "principais" indígenas do Japurá ⁽¹⁵⁾.

Posteriormente, quando se justificou a possessão luso-brasileira sobre este território, se alegou que o direito sobre a fronteira foi demonstrado, no acordo para a demarcação de 1782, pela presença dos

(10) A memória parece ter se reativado com a organização das assembléias indígenas lideradas pela UNI-Tefé desde 89. Nestas assembléias eles passaram a se reaproximar dos Mayorúnas, que conheceram quando estes moravam no baixo Japurá. Lourival e Pagão, Mayorúnas do Marajá, foram procurar os velhos conhecidos Miranhas, e estes realimentaram a esperança de ter seu território demarcado, embora houvessem intrusos e mesmo membros do próprio grupo que continuavam negando a existência do território indígena. Máximo, um Miranha da aldeia São Pedro(Cuiú-Cuiú) conta que foi procurar, mas os filhos e netos não lembravam mais as histórias dos veteranos. Máximo perguntou se queriam ser considerados índios, e eles decidiram assumir sua identidade. A predominância é Miranha, mas existem outras etnias. No São Pedro, existem também Mayorúnas e Cambebas. No São Raimundo existem Miranhas que vieram do Solimões.

(11) A passagem Miranha pelo Japurá foi estudada, recentemente, por ARNAUD(1974).

(12) Consultar MEIRA, 1993.

(13) Prosseguindo o documento, se lê: "Acima deste rio, até a segunda cachoeira, está o outro rio, cujo nome se ignora, no qual habitão os mesmos Miranhas..."(Carneiro de Mendonça, 1963: 321).

(14) Carneiro de Mendonça, 1963:100.

(15) Carneiro de Mendonça, 1963:733.

"principais" de vinte e três diferentes tribos dos rios Negro, Içana, Uaupés, Japurá, Içá, Tonantins e os demais da fronteira, acompanhados dos respectivos diretores. Foi considerado assim que os índios prestavam "vassalagem" aos portugueses ⁽¹⁶⁾, e isto conferiria legitimidade à ocupação portuguesa. Ao considerar que os índios prestavam "vassalagem", fica implícito nesta informação que eles não podiam deixar de entrar em contato com estes primeiros ocupantes, que conheciam o território ⁽¹⁷⁾. Este território disputado por Portugal e Espanha foi palmilhado por Requena, que reconheceu em 1797 os estabelecimentos portugueses no Japurá para realizar a demarcação.

Com o fim do Diretório de Índios, a ação protecionista do estado foi também anulada ⁽¹⁸⁾. Passaram a ser registrados os grandes descimentos, no livro de batizados da vila de Nogueira (localizada na margem do lago de Tefé), a partir de 1813. Foram registrados neste livro as seguintes etnias: Yuri, Pica-Flor ou Uainuma, Miranha, Catuquina, Chomana, Pacé, Xama, Mura, Yupiua, Umaua, Lituana, Jucuna, Cauicena, Yuauana. Tastevin ⁽¹⁹⁾ notou o desaparecimento, no século XX, dos Pica-Flor, Chomana, Xamas e Pacés.

Deslocamentos maciços de população esvaziaram rios como Japurá e Içá ⁽²⁰⁾. Nações como Umaua e Miranha, que deixaram vestígios no Japurá no século XVIII, anos depois tinham se deslocado para o oriente. Notavam-se ainda, contudo, as subdivisões territoriais Miranha (Miranha-Eretés, Miranha Carapanã, Miranha Pupunha e Miranha Sêges) e as rivalidades mortais entre estas diferentes hostes ⁽²¹⁾. Estes vendiam aos brancos prisioneiros de guerra e mesmo crianças comercializadas pelos seus próprios pais ⁽²²⁾. A presença de serviços indígenas que trabalhavam sem remuneração para as famílias ribeirinhas foi frequentemente adjetivada pelos naturalistas como Miranha. Embora as crianças que não morriam se integrassem à "civilização", muitos adultos não se habituavam à vida servil no meio urbano e fugiam para o centro das matas onde poderiam "retornar à vida selvagem" ⁽²³⁾.

A existência de leis que proibiam a escravidão indígena, e de Diretores e magistrados índios não significava o fim da escravidão, que continuava sendo praticada ⁽²⁴⁾. A demanda em Tefé de escravos indígenas servia como pretexto para "expedições sanguinárias" ⁽²⁵⁾, segundo consta com a participação Miranha.

Martius descreveu a venda de Mariaté aprisionados em uma operação de guerra por seus inimigos Miranha. Sua expedição retornava da cachoeira de Araraquara, que caracterizou como limite natural entre os domínios de Espanha e um território definido como "terra de ninguém" ⁽²⁶⁾, onde viviam hostes em constante guerra umas com as outras.

⁽¹⁶⁾ Brasil, 1870:94.

⁽¹⁷⁾ Faulhaber, 1994:14.

⁽¹⁸⁾ BEOZZO, 1983:71.

⁽¹⁹⁾ 1926:638.

⁽²⁰⁾ Marcoy, 1979:353.

⁽²¹⁾ MARCOY, 1979:378.

⁽²²⁾ Spix & Martius, 1876.

⁽²³⁾ Marcoy, 1879:386.

⁽²⁴⁾ BATES, 1944:183.

⁽²⁵⁾ BATES, 1944: 187.

⁽²⁶⁾ Spix & Martius, 1976: 258.

Tavares Bastos⁽²⁷⁾, que defendia o mercantilismo e a livre navegação como princípios contrários às ações clandestinas de traficantes e regatões afirma:

"Dizem que no Japurá se compra um índio por um machado; os próprios pais os vendem aos traficantes. Em Coari, Tefé, Tonantins, São Paulo, encontram-se os Miranhas do Japurá e do Içá reduzidos à servidão de longa data".

A partir de meados do século XIX, o Japurá foi esquadrihado por seringais e isto representou um movimento migratório para este rio, que então estaria despovoado ⁽²⁸⁾. Foi a época da formação de "colônias indígenas", nas quais a etnia Miranha foi submetida a um sistema de exploração do trabalho para a extração do caucho.

O naturalista alemão Koch-Grunberg referiu-se à presença Miranha e sua utilização como domésticos em colônias do Japurá, Tefé (Ega), Caiçara, Coari e outros locais da Amazônia⁽²⁹⁾. No alto Japurá, encontrou cerca de cinquenta caucheiros que viviam ali naquela época. Afirma Koch-Grunberg⁽³⁰⁾:

"Eram brancos, mestiços ou índios de sangue puro, parte deles com mulheres Uitoto. Os domésticos, para não dizer escravos, pertenciam às tribos Uitoto, Miranha, Hianakoto, Tsahatsaha e outros. A maioria sofria de dura malária. Quando perguntei à mulher do Plata (um dos donos da casa) se conhecia..., que fora meu remador no alto Cahuinary, primeiro ficou quieta, depois respondeu: É meu pai. Plata a tinha comprado por uma calça"....

Nos documentos consulares, existe copiosa documentação ⁽³¹⁾ sobre o transporte de índios da região entre o Putumayo e Caquetá até o Amazonas. É indicado pela imprensa da época ⁽³²⁾ que comerciantes teriam transações ajustadas ano a ano com intermediários - sendo citados entre estes chefes Miranhas e Uitotos. Tais comerciantes estariam sediados em Tefé, Caiçara, Fonte Boa e Tonantins⁽³³⁾. O rio Japurá é citado frequentemente como passagem para estes negócios não regularizados, adjetivados como tráfico, associado à idéia da escravidão indígena. Segundo documento consular brasileiro, o Estado do Amazonas limitava-se a subvencionar uma linha regular de navegação a vapor ⁽³⁴⁾ até o porto do serigal Jubará, que era o ponto final do comércio legalizado. Esta localidade é adjacente à atual terra indígena do lago do Cuiú-Cuiú ⁽³⁵⁾.

⁽²⁷⁾1975:208.

⁽²⁸⁾ Tastevin, 1921: 442.

⁽²⁹⁾Koch-Grunberg, 1906:166.

⁽³⁰⁾Koch-Grunberg, 1909:300.

⁽³¹⁾Faulhaber, 1994.

⁽³²⁾Bogotá, Gazeta Agrícola, 24 de julho de 1880.

⁽³³⁾Carta do diplomata colombiano Próspero Pereira Gamba dirigida a diplomata brasileiro, de 24 de janeiro de 1881. Arquivo Histórico do Itamarati/Brasil(AHIB): 282/3/12.

⁽³⁴⁾Carta de Enéas Martins, embaixador brasileiro em Bogotá, 8 de maio de 1906. AHIB: Missões Diplomáticas Brasileiras(MDB) 204/2/7.

⁽³⁵⁾Faulhaber, 1994: 22.

As etnias Miranha e Uitoto são provenientes da região entre o Putumayo e Caquetá, onde na virada do século XX o caucho foi extraído empresarialmente pela Companhia da Amazonia Peruana (Casa Arana) - tendo por base um sistema de superexploração e de dominação dos índios que os forçou até à exaustão ao trabalho extrativista.

Em ofício consular brasileiro reservado enviado ao governo do Amazonas, se trata de detalhes referentes à atuação de caucheiros colombianos que, defendendo seus próprios interesses, estariam travando relações comerciais com a Casa Arana (*Amazon Rubber Company*), que monopolizava a exploração do caucho no Peru. Isto teria provocado tensões diplomáticas pois a ação inescrupulosa destes caucheiros produzia uma situação litigiosa e a exaltação dos ânimos nacionalistas na Colômbia e no Peru. É também citada, nos documentos consulares brasileiros, a ação de comerciantes que exploravam a região: Calderón, Zapata e Plata, indicando lugares onde eles e gente sua trabalhavam. Os Calderón venderam as propriedades que tinham nos terrenos desta concessão à Casa Arana de Iquitos, por, segundo foi citado pela imprensa, £ 2.000 (duas mil libras esterlinas). Em 1907, voltaram-se ao Apaporis⁽³⁶⁾.

Aquilo que era interesse pessoal do empresário do caucho ou da borracha aparecia como ideário nacional: o que era bom para a Casa Arana era apresentado como bom para o Peru. Os caucheiros relacionavam-se com o governo como se fossem defensores da nacionalidade, mas agiam para defender as suas próprias idéias. No quotidiano da fronteira, os princípios liberais e nacionalistas não apareciam, e a única barreira para a ganância de um caucheiro eram as ambições dos outros caucheiros. Isto ocorreu com os colombianos que serviram como intermediários da Casa Arana, negociando assim uma parte de território considerado pelos civilistas colombianos como Colômbia, e por isto condenados em processo judicial por "traição à Pátria".

A tensão político-diplomática desembocou em episódios de conflito armado (1908 e 1911) na Pedrera (localidade próxima à atual fronteira Brasil-Colômbia) entre colombianos e peruanos, devido a pretensões de ambas as partes do domínio sobre a região do Putumayo até o Caquetá. Haveria, na região colombiana do Caquetá em 1911, aproximadamente 300 fugidos do Putumayo e dos maus tratos no trabalho do caucho infligidos pelos capatazes da Casa Arana⁽³⁷⁾. Apesar das denúncias de participação dos comerciantes brasileiros em negócios escusos, as relações diplomáticas do Peru e Colômbia com o Brasil eram amistosas, mesmo porque ambos países tinham interesse na livre navegação até o Atlântico. Encontram-se documentos consulares onde se registra que Rio Branco e o corpo diplomático brasileiro evitaram participar das negociatas clandestinas que resultaram em conflitos entre estados. Contudo, diplomatas brasileiros pareceram mais simpáticos ao Peru que à Colômbia⁽³⁸⁾. Foi registrado também que

⁽³⁶⁾ É feito por Gomez (1993) um estudo documental sobre a rede de envolvimento - que envolvia o próprio presidente Reyes - no processo de "traição à Pátria" cometida por estes caucheiros. Rompendo com a Casa Arana, Plata tentou instalar-se no Miriti-Paraná, utilizando no entanto os mesmos procedimentos de exploração, e foi assassinado por um índio Letuana (Hildebrand e Corry, citados por Roberto Pineda, 1993:180).

⁽³⁷⁾ ROZO, 1911:300.

⁽³⁸⁾ Ver Faulhaber, 1994, capítulo 2..

o governo brasileiro recomendou a ordem de prisão preventiva de Fonseca e Montt, dois refugiados de ordem de prisão expedida na Colômbia, dentro do processo criminal contra o colombianos envolvidos com a Casa Arana. No entanto, a ordem não foi cumprida pelos policiais locais⁽³⁹⁾.

Os caucheiros colombianos com estabelecimentos no Brasil transportavam Miranhas até o Japurá brasileiro, e como os submetiam a explorações, estes se teriam refugiado no Jubará. Como ali era um porto de passagem, onde eram ainda perseguidos pelos caucheiros colombianos, posteriormente migraram para o Miratu e Méria, como foi relatado pelos Miranhas que hoje vivem no Médio Solimões e Japurá, conforme será apresentado no item seguinte.

2.2. Memória Social

Nos seus relatos, os Miranhas apresentam diferentes versões sobre a história das terras indígenas Miranha Miratu no lago do Uarini, (Município de Uarini/AM), Méria no Igarapé Grande (Município de Alvarães/AM), e Cuiú-Cuiú, no Japurá, município de Maraã⁽⁴⁰⁾. Estes relatos apresentam ambiguidade pois indicam ora que as terras foram formadas pela participação dos próprios índios no comércio de escravos indígenas, ora por iniciativa de homens livres foragidos, que teriam vínculos anteriores de servidão ou escravidão.

Os limites territoriais são sociais e aqueles que os rompem, ameaçando os interesses do grupo, são considerados invasores.

Foram estabelecidas estratégias de ação conjunta como as alianças entre diferentes grupos organizados etnicamente, como os Miranhas de Méria e Miratu. Constituíram-se alianças a partir de interesses comuns como a garantia dos limites territoriais dos grupos, associadas ao exercício da identidade indígena, que emerge enquanto processo social ligado à mobilização política dos diferentes grupos indígenas. Os Miranhas do Miratu e Méria se aliaram e se mobilizaram em função da garantia de seus limites territoriais e nesta mobilização apresentam uma representação de fronteira, que é constituída pela prática de firmar limites entre seus territórios e as propriedades vizinhas, e de sua garantia através de "limpeza do pique" (caminho no meio da mata que separa uma terra da outra), que fazem esporadicamente. Serão apresentadas a seguir informações sobre a formação das terras indígenas do Cuiú Cuiú, Méria e Miratu.

⁽³⁹⁾ Conforme registrado no documento "Further correspondence respecting the Affairs of South and Central America part VIII. Foreign Office to Consul Michell (Iquitos) 26 de fevereiro de 1912. Public Recor Office. Londres.

⁽⁴⁰⁾ Enquanto as duas primeiras áreas foram reconhecidas pelo antigo Serviço de Proteção ao Índio, entre as décadas de 20 e 30, a terra indígena do Cuiú-Cuiú foi identificada apenas a partir dos anos 90. Na exposição que se segue, apresenta-se um resumo da formação das terras Miranhas Méria e Miratu, para a seguir apresentar as representações dos Miranhas do Cuiú-Cuiú, em relação com a sua territorialidade.

Cuiú-Cuiú

Existem indicações que na localidade Jubará, ponto final da linha regularizada pelo Japurá, funcionava como uma espécie de "feitoria"(41), onde índios de diversas etnias trabalhavam para os patrões, e viviam na terra adjacente descendo o Japurá, o Cuiú-Cuiú. Os Miranhas que haviam fugido da casa Arana serviram como capatazes, pois já tinham experiência de agir como intermediários no sistema de exploração de trabalho em nível empresarial com a Casa Arana. Porém, neste caso, como haviam fugido dos maus tratos dos caucheiros colombianos, parece que se identificavam com os índios que estavam subjugados ao regime de trabalho forçado, e com eles fugiram buscando condições mais livres de vida e de trabalho na Méria e Miratu, que foram reconhecidas pelo SPI. A partir dos depoimentos dos índios que vivem hoje no Cuiú-Cuiú, Miratu e Méria, a terra indígena Cuiú-Cuiú é terra Miranha, que aparece como etnia preponderante, embora nesta terra se encontrem outras etnias.

A sobreposição entre "feitoria" e diretório dos índios aparece implícita nos depoimentos citados. "Feitoria", "diretório" e "curral"(de índios) são termos que aparecem na linguagem destes agentes como forma de falar sobre a ocupação sócio-territorial da região e a formação das terras indígenas. O Jubará corresponde, em termos de documentação fundiária, a um antigo seringal que foi dividido pelos herdeiros quando o patrão morreu. Atualmente existe ainda um antigo barracão, o qual funciona como sede de uma comunidade sem patrões, administrada pelos herdeiros. Foram tomados depoimentos de antigos moradores. Uma viúva não índia conta que morava no Aranapú e vinha com as irmãs para as festas dos índios. Diz que se casou com um branco, mas reconhece que gostava dos índios. Lembra do nome de Miranhas que moravam atrás do Jubará: Trovão, Gregório e Alfredo. Iam por terra até onde moravam os outros índios, onde hoje é o São Pedro. Produziam para o patrão, e trabalhavam muito. O patrão era o Antônio de Oliveira, que chegou em 1901, e substituiu outro chamado Geraldo. Eles colocavam a produção no motor de linha que vinha e voltava para Manaus. O barco chamava Marapatá, e vinha buscar a produção: sorva, castanha, borracha, pirarucu. Era à lenha, e muito maior que os recreios de hoje em dia. Segundo este depoimento, os índios foram embora quando acabou a fartura, e porque o patrão tinha morrido.

Em outro depoimento, de Rondenar de Oliveira, de 82 anos, afilhado do antigo patrão Antônio de Oliveira e sua mulher, foi indicado que quando o patrão morreu, ele tinha 18 anos, logo seriam aproximadamente os anos 30. Conta que aquela época os índios foram embora e ele ficou quase sozinho. A mulher conta que os Miranhas moravam atrás do Jubará e iam trabalhar no Cuiú-Cuiú. Eram muitos, e já estavam lá antes do patrão chegar.

(41) Tastevin assim caracteriza as "feitorias" do Japurá(1921, 26 de agosto:478): "São estas pequenas feitorias que servem de intermediário entre nossos pobres índios e o mundo civilizado. São elas que recolhem todos os produtos do trabalho dos caboclos e asseguram troca contra os artigos das cidades. Eles assumem aqui importância de um burgo ou mesmo de uma cidade entre nós; e o proprietário adquire uma importância que faz dele um verdadeiro personagem". Este recebia o título de coronel, que era vendido pelo governo e adquirido mediante compra.

Foi dito que os índios que moravam no Jubará foram embora porque o patrão morreu. No entanto, tudo indica que muitos ficaram no Cuiú-Cuiú. Além disso, foram condições sócio-políticas que levaram os que foram para Méria e Miratu procurar melhor situação. Entre estes fatores cita-se o debacle da empresa seringalista, que os levou a buscar pontos de mais fácil acesso, e a política indigenista, que com o SPI tinha os objetivos de nacionalização dos territórios, localização de trabalhadores nacionais e incentivo à produção. Cita-se também a perseguição pelos caucheiros colombianos, que teriam mais acesso ao Japurá que ao Miratu e Méria.

Conforme muitos relatos, foram Trovão, Alfredo e Gregório que lideraram a migração. Aqueles que vieram para o Brasil fugindo de caucheiros colombianos encontraram, primeiro no Jubará, e depois no Miratú e Méria, uma situação mais favorável que o trabalho forçado para a Casa Arana: meios de transporte regular e relações entre índios e brancos mais institucionalizadas, possivelmente pela intervenção dos antigos diretórios de índios e missões religiosas. A ação indigenista do Serviço de Proteção aos Índios representou o reconhecimento institucional da existência de territórios indígenas. Mas a discriminação na sociedade local os levou a abandonar a línguas e os antigos costumes, como as festas onde dançavam o machuai⁽⁴²⁾. Ao mesmo tempo, a ordem econômica reestruturava os espaços coloniais e as populações locais tinham que redefinir seus territórios e suas práticas em uma situação de dominação e pauperização.

Segundo indica o depoimento de Máximo - filho de Manoel Quintino da Silva - o reconhecimento do Miratu e a demarcação da Méria chegou ao conhecimento dos Miranhas do Cuiú-Cuiú, e eles cultivavam a esperança do reconhecimento de seu território. No entanto, a situação de violência que informava e informa suas práticas provocou a explosão de conflitos⁽⁴³⁾ onde a identidade de índio Miranha apareceu como um estereótipo negativo, fazendo que eles não mostrassem sua face Miranha ou de outras etnias, levando-os a abandonar a língua e mesmo esquecer de onde vieram e quem eram.

Atualmente, o território Miranha do Cuiú-Cuiú consiste na terra adjacente ao imóvel Jubará. Corresponde às representações sobre terra Miranha, representações estas relativas à instituição da identidade Miranha por uma situação histórico-social, onde os Miranhas são representados como sujeitos a um sistema de trabalho e a uma organização social conflitivos, informados por uma cultura política da violência, enraizada na história da ocupação regional. A existência e especificidade do grupo étnico assim

⁽⁴²⁾ Machuai é, segundo contam, a dança dos "antigos" (Faulhaber, 1987b). Martius descreveu uma dança Miranha observada no século XVIII (1976:22).

⁽⁴³⁾ Um destes conflitos (mais ou menos em 1940) envolveu três irmãos: Domingos, Cassiano e Manoel Quintino. O Cassiano "fez um crime, assassinou o Agripino Zacaria, um branco da boca do Aranapú". Máximo disse se lembrar "como se fosse um sonho". Embora estivesse por trás um conflito étnico, a briga foi por causa de uma mulher. Agripino era aleijado de uma mão. "Naquele tempo era punhal e ele furou o cara". Na hora da prisão, foram os três irmãos presos para Tefé. O Cassiano morreu na prisão, com febre, depois de confessar o crime. O pai do Máximo foi para a Méria com a família, e o Máximo foi estudar no seminário. A mãe Otacília voltou para o Japurá com os irmãos. Máximo ficou estudando em Alvarães, morando com Domingos, pai do Erasmo, e a D. Josefa, mãe do Domingos. Moravam no Cuiú-Cuiú (São Pedro) Joaquim Ferro (que depois foi para a Méria) Manoel Antônio, Maurício, Alfredo, que era irmão do avô de Máximo, Quintino de Oliveira da Silva. Alfredo e Quintino eram Uitoto. Moravam no São Pedro. Os irmãos do Máximo (Florêncio, Sérgio, Raimundo, Francisco), moram hoje no São Pedro.

constituído depende de suas relações com o território tribal, que hoje é autônomo à antiga "feitoria". O Jubará fica fora do atual território Miranha, pois é administrado por herdeiros do antigo patrão, e seus moradores não são índios, embora coexistam pacificamente com os Miranhas. Porém, não travam relação mercantil com o Cuiú-Cuiú, e são também dependentes dos regatões.

É muito comum entre eles a afirmação de que sempre viveram ali, ou que vieram não vieram do alto Japurá, mas do Baixo Amazonas, ou do Solimões, ou do Jutai, ou do Juruá e Purús(44), mesmo entre os que afirmam a identidade Miranha. Como o Cuiú-Cuiú fica relativamente próximo(a um dia e meio de caminhada) do lago de Amanã, parece provável que os Mura do lago de Amanã que foram considerados desaparecidos por Tastevin tivessem algum parentesco com este agrupamento Miranha(45). Alguns dizem, porém, que são Cocamas ou Cambebas. Pode-se concluir daí que esta terra seria um reduto para aqueles que fugiam do trabalho servil ou escravo nas famílias das cidades, em um caminho inverso à afamada rota do comércio ilegal de índios vindos do alto Caquetá até os centros urbanos brasileiros. Tanto uns quanto outros eram adjetivados como Miranhas.

Os índios Miranhas, Uitotos e tantos outros que conheceram o trabalho no caucho foram forçados a se deslocar centenas de quilômetros do território onde viviam, e assumir diferentes nacionalidades: peruana, colombiana, equatoriana e brasileira, em suma, em lugares onde os caucheiros, seringalistas, comerciantes, intermediários e patrões de uma maneira geral tinham mais poder e acesso à condição de cidadãos. Mesmo após os tratados de limites válidos contemporaneamente(46), verificou-se a persistência do transporte forçado e relações mercantis não regularizadas que incluíam o deslocamento de índios para o trabalho (47), através do circuito de tráfico (ou seja, negócio clandestino) difundido pelo intercâmbio entre colombianos do médio e o baixo Caquetá com comerciantes brasileiros. Conclui-se da leitura de depoimentos de Miranhas que vivem no Brasil que seus parentes mais velhos migraram na virada do século, fugindo dos caucheiros colombianos, e passaram a trabalhar com comerciantes no Brasil, servindo como intermediários os próprios Miranhas. Inicialmente estabeleceram-se no Japurá, mas como continuaram sendo vítimas de perseguições, muitos procuraram os lagos protegidos por araparizais no Médio Solimões para se fixar.

(44) Destes três últimos rios, teriam vindo pelo Aranapú, que é um braço do Auati-Paraná que sai um pouco acima do Jubará e desemboca no Solimões, perto da boca do Juruá.

(45) Segundo eles, a terra indígena da Vila Nova foi formada com a chegada, do Baixo Amazonas, de dois irmãos, Clarindo e Faustino. Existem divergências sobre a etnia destes dois irmãos. São apresentadas algumas informações que poderiam ser Mura, conforme, por exemplo, depoimento de Antônio Cavalcante. Marinho, tuxaua geral do Cuiú Cuiú, conta que eles casaram com Miranhas da terra, Faustino com Henriqueta e Clarindo com Raimunda. Afirmam que mais ou menos oitenta anos veio "do Alto" (referência ao alto rio Japurá, ou Caquetá) Jacinta que casou-se com João Sabá. Jacinta contava para a filha, Bermira(casou-se com João Faustino), que veio fugida dos caucheiros, encontrar uns parentes que já estavam lá, e ficou mais de uma semana escondida no mato.

(46) A divisória foi completa em 1928, e firmado um novo tratado de limites. Os últimos marcos de fronteira nos rios Taraira, Apaporis, Santo Antonio e Putumayo foram inaugurados em 1936, durante a gestão de Alfonso Lopes como Presidente da Colômbia, e Getúlio Dornelles Vargas no governo brasileiro (COLOMBIA - Ministério das Relações Exteriores, 1936: 72).

(47) RIVERA, 1923:480-482.

Segundo os documentos contrários à exploração e à escravidão indígena, os comerciantes diziam que vendiam suas dívidas, mas agiam como se fossem proprietários dos índios, tratando-os como mão de obra escrava, em uma época que já existiam bancos, cálculo monetário e mercadorias manufaturadas. Se existem indicações que a lei abolicionista não foi cumprida no interior da Amazônia, os depoimentos mostram que sempre existiram aqueles que se mostravam insatisfeitos com a exploração, os maus tratos e a injustiça social e que fugiam na busca de um território mais livre. Não se tratava unicamente de ações individuais, mas em alguns casos foram registradas episódios de revolta coletiva, dos quais a cabanagem, anterior à abolição, é o exemplo mais ilustrativo. Fontes históricas indicam que este movimento popular foi significativo para os Muras, que chegaram até o Japurá⁽⁴⁸⁾, e teve impacto na região de Tefê⁽⁴⁹⁾. No entanto, os atos de resistência e a legislação anti-escravista não foram suficientes para minar a dominação paternalista, que perpetuou a sujeição dos índios a um sistema de relações hierárquicas.

Na Amazônia brasileira, a instituição indigenista atuava dentro de um projeto de nacionalização e de incorporação dos territórios e da força do trabalho dos índios⁽⁵⁰⁾. No Japurá/Solimões, esta política implicou o abasileiramento dos índios que vieram do "alto". Nos dias de hoje, muitos daqueles cujos pais foram vítimas das mais cruéis perseguições por comerciantes e caucheiros (brasileiros, peruanos e colombianos) consideram-se brasileiros e não sabem contar de onde vieram os seus pais. Apesar de terem se identificado como Miranhas, os Miranhas do Cuiú-Cuiú dizem que sempre moraram no Brasil e relutam em reconhecer que seu pais e avós vieram da Colômbia, mesmo depois de escutar relatos de Miranhas que afirmam lembrar-se desta origem⁽⁵¹⁾. No Miratu e na Méria, no entanto, é mais frequente a lembrança de fatos ligados à migração desde o rio Cahuinari, afluente do rio Caquetá (como é denominado o Japurá em território colombiano) fugindo dos caucheiros colombianos.

As referências na memória Miranha à figura de Gregório, ou Paisano, que viveu no Jubará e na Méria, levam a traçar um paralelo com acontecimentos similares no Caquetá. Ele dizia que tinha sido tirado criança do Cahuinari, onde vivia, para trabalhar para os caucheiros peruanos no Putumayo, de onde fugiu. A utilização de "órfãos" Miranha, Andoque e Huitoto no trabalho forçado no caucho foi registrada e analisada pela literatura antropológica sobre o Caquetá colombiano em sua significação política e mitológica. É citada pelo antropólogo colombiano Roberto Pineda a figura de Makapamine, um "capitão guerrilheiro" Bora que teria sido "criado" por peruanos, e transformou-se em um símbolo de rebelião ante a opressão do branco. Este mecanismo de simbolização, ainda vigente nas mentalidades dos indígenas do Caquetá é entendido como "um marco de reflexão no contexto das relações de poder regional"⁽⁵²⁾. A

⁽⁴⁸⁾ TASTEVIN, 1924:21.

⁽⁴⁹⁾ SOUZA, 1936.

⁽⁵⁰⁾ LIMA, 1992.

⁽⁵¹⁾ Há ou menos oitenta anos veio do alto Jacinta que casou-se com João Sabá. Jacinta contava para a filha, Bermira (casou-se com João Faustino), que veio fugida dos caucheiros, encontrar uns parentes que já estavam lá, e ficou mais de uma semana escondida no mato.

⁽⁵²⁾ PINEDA, 1993:190.

memória Miranha parece operar no Solimões e no Japurá brasileiro dentro de um campo simbólico comum com o indicado por PINEDA, ainda que as identidades nacionais colombiana e brasileira sejam contrastivas.

Méria

Francisco Faria (Chico Preto), antigo capitão da Méria, em entrevista realizada em abril de 1989, contou que seu pai, o Uitoto Inácio Antônio do Paê, "comprava gente e trocava gente por machado, enxada, conta, espelho", e deste modo, "ele criou uma tribo", a Méria. Muitos índios, no entanto, não se acostumavam ao trabalho forçado nas aldeias⁽⁵³⁾ e fugiam para o mato, procurando também trabalho e atividades de sobrevivência nos centros urbanos ou junto à população rural. Inácio era índio Uitoto e deslocou-se no início do século de Araraquara, cachoeira localizada dentro da Colômbia, para o Brasil, onde se "amasiou" com uma filha de Miranhas do rio Traíra, também da Colômbia. Chico Preto nasceu em 1905 e se casou com D. Nêga (Josefina Gonçalves), filha de Ricardo, um índio Uitoto de Santo Antônio do Içá, do "Estado do Encantado"⁽⁵⁴⁾.

Chico Preto conta que a Méria foi formada a partir da relação entre o SPI, a família Gonçalves - dos maiores comerciantes da cidade de Alvarães - e o Uitoto Inácio Faria. Os Gonçalves vendiam a castanha para o "Seu Sempre", que era comerciante em Manaus, e comprava castanha em toda a região, e a transportava para Manaus no navio de nome Marapatá⁽⁵⁵⁾. Chico Preto também foi "capitão" da "aldeia" Méria, nomeado pelo SPI (56). Mas acabou abandonando o cargo, mudando-se para uma casa comprada pela filha, em Alvarães⁽⁵⁷⁾.

Em relatos de outros índios, temos outras versões da formação da Méria. Contam que foi formada por índios que não queriam mais ser escravos, e fugiam para lá⁽⁵⁸⁾. Contam que, mesmo após o reconhecimento da terra indígena, houve épocas em que havia perigo da aldeia terminar, e outras épocas que

(53) "Depois, estes índios se espalharam todos por aqui" (Alvarães/AM)

(54) Embora D. Nêga, com mais de 80 anos, parecesse com muita dificuldade de lembrar os fatos de um passado distante, pelo que contou seu pai era índio Uitoto da Colônia El Encanto, localizada no rio Putumayo, na Colômbia, um dos principais centros administrativos da Companhia da Amazônia Peruana, ou Casa Arana (HARDENBURG, 1912: 181).

(55) Conta Chico Preto: "Manoel Gonçalves atiçava. Ele era o nosso patrão. Ele atiçava meu pai para tomar conta, para fazer a aldeia, para o terreno ser do governo e o patrão explorar... Meu pai era muito bom, e muito ruim também. Aí ele ficou como capitão... O Isidoro Sampaio é quem deu a nomeação, porque ele era delegado dos índios. O interesse do Manoel Gonçalves era comprar castanha... O SPI era federal aquilo já. Depois terminou. Mandou demarcarem, fazerem a estrada".

(44) Portaria nº 27, de 16 de junho de 1927.

(57) Conta ele: "O pessoal de lá era muito desobediente. Não atendia o que a gente falava. Gente bruta com outro bruto, não dá certo. Aí cansei, e vim para cá".

(58) Gersino, filho de Chico Preto, atual tuxaua, conta que "chegaram fugidos de lá, vieram para não se acabarem por aí. Metade veio do rio Içá. Ricardo, Antônio Arrepiado, Lauriano, Rafael e João Mutum eram Uitotos de Santo Antônio do Içá. João Mutum, Lindolfo e João Antônio Grande eram Miranhas. Mateus era da nação "Araraquara" e Augustinho era Macu. Joaquim Beruri e Raimundo são filhos de Augustinho". Em Landaburu, encontra-se a referência de que um grupo de Carapanãs (Miranha) que vivera na Cachoeira de Araraquara. Segundo representações Andoque, este grupo hoje estaria extinto por causa de ter comerciado demais com os brancos (LANDABURU, 1979:14)

os brancos instalaram um "barracão" dentro da terra indígena, desenvolvendo atividades de aprisionamento da mão de obra indígena através do aviamento de bebidas alcoólicas, que não seriam permitidas pelo SPI⁽⁵⁹⁾. Segundo estes relatos, os índios não foram passivos e rebelaram-se contra o exercício da dominação ilimitada, e liderados por chefes como Joaquim Ferro, reuniram-se e organizaram-se politicamente no sentido da garantia dos limites territoriais da terra indígena⁽⁶⁰⁾.

Estas formas de interação se estendiam a outras terras indígenas, como com os Miranhas do Miratu, com os quais os índios da Méria tinham comunicação. Iam por terra, "varando" (abrindo caminho) pelo meio da mata. Eles se comunicavam através do troceno, um grande tambor de origem Miranha. Eles se cumprimentavam na "gíria" (língua indígena), e se tratavam por "mano". Mesmo depois da demarcação, pelo SPI, no entanto, a Méria continuou sofrendo invasões. Contam que vinham os "pega-pega", atrás dos índios e os índios fugiam, sumiam no meio do mato para não serem pegos.

O atual "tuxaua"(segundo termo local) da terra indígena Méria é Gersino Faria, também filho de Chico Prêto. As ambiguidades das diferentes versões são esclarecidas em parte porque se sabe que existe como fundo para estas diferenças um conflito entre facções aglutinadas em torno da liderança de Vicente e Francisco Faria, dois irmãos que, conforme foi afirmado "há muito tempo não se beijam por causa da etiqueta da terra". Após uma situação de tensão⁽⁶¹⁾, Gersino foi escolhido pelos Miranhas da Méria em 1982, em lugar de Vicente Faria, seu irmão mais velho. Vicente era acusado de agir contra os interesses do grupo, pois exercia atividades mercantis dentro da Área Indígena. Morava na cidade de Alvarães e só ia à Méria na época da castanha, para dizer que "tudo era dele". Eles se organizaram, procuraram o apoio dos Miranhas do Miratu e também recorreram à FUNAI e à polícia. Após conflitos de alta dramaticidade que envolveram ameaças de morte, Vicente e seu grupo saíram definitivamente da Terra Indígena Méria, mas continuaram morando em Alvarães, onde já tinham residência.

Miratu

A formação da terra indígena do Miratu também teve uma história de conflitos entre os Miranhas e entre eles e os atores externos. Nos relatos Miranhas, verificamos conflitos em que se manifestaram diferentes estratégias, desde pressão armada até o acordo verbal para definir os limites entre seu território e a sociedade envolvente, que foram reconhecidos pela agência protecionista, o Serviço de Proteção ao Índio (62).

Segundo contam, anteriormente não existiriam limites para eles, pois dizem que iam e vinham, utilizavam o espaço livremente. Esta representação de uma "terra livre" não corresponde, contudo,

(59) Dizem que no tempo de um tuxaua chamado Chico Diabo, "os brancos queriam tomar. Era o finado Atalde e a finada Orípia, que queriam tomar isto aqui...Então, tinham um barracão aqui dentro da Méria....Mas muitos índios se rebelaram e mataram o branco. Joaquim Ferro foi escolhido como capitão e neste tempo "chegou todo este pessoal lá deles, lá de cima, chegaram já de lá, de Santo Antônio do Itá.

(60) Contam que porque como os brancos queriam tomar a terra da Méria, Joaquim Ferro "mandou chamar os índios que estavam espalhados, para reunirem para os brancos não poderem mais tomar".

(61) Analisada em outro momento desta pesquisa (FAULHABER, 1987a:43).

(62) SPI, 1928:218.

às representações sobre as relações sociais atuais. Nos dias de hoje, vivem em terras reconhecidas pela FUNAI (agência indigenista governamental). Estas terras não estão fechadas, pois os índios mantêm relações constantes com comerciantes, técnicos do governo, agentes religiosos, e outros atores da sociedade nacional.

Os Miranhas do Miratu contam que vieram, no início do século XX, do rio Cahuinari e foram reunidos por José Trovão nas imediações do Lago do Uarini onde passaram a definir os seus limites territoriais à medida que outros agentes pretendiam se apropriar das terras e "fazer a terra" de acordo com seus interesses, à medida que o Estado viabilizava a apropriação individual de terras e realizava a demarcação destas propriedades, desde o final do século XIX.

Manduca, que mora no Miratu (e já foi tuxaua), diz que é filho de Gregório Monteiro, ou Paisano. Manoel Antônio era pai de Celestina Rodrigues da Silva, conhecida por Cilica. Quando chegou, ela tinha 15 anos. Era chamdo de Paisano porque foi tirado criança da aldeia e criado no meio dos peruanos, trabalhando no caucho. Como foram muito perseguidos, eles reagiram e os colombianos mataram um tuxaua deles, "aí eles debandaram", e "cada uma foi para um canto". Eram talvez vinte ou trinta famílias. Manduca cita outros nomes: Gaú, que era Miranha, Alfredo que era Uitoto, e sua mulher. Após instalarem-se no Cuiú-Cuiú, residiram ali algum tempo. Aí foram procurar um lugar que fosse mais protegido, fora da passagem dos colombianos, que os continuavam perseguindo. José Trovão encontrou o Miratu, onde segundo contam já haviam vivido anteriormente alguns índios, mas não "uma nação completa". Trovão mandou chamar os parentes, e eles passaram a trabalhar ali. Trovão e Paisano negociavam com os Mota, uma família de comerciantes do lago do Uarini, e o navio Marapatá buscava a castanha no Uarini. Isidoro Sampaio, que era inspetor de índios soube que ali havia uma "aldeia", e veio no Marapatá para falar com os índios.

Adriano, que também já foi tuxaua do Miratu, conta que quando o Trovão foi "buscar a turma no Japurá", veio o Francisco Cavalcante e o filho, Antônio Cavalcante, Manoel Antônio, Alfredo. Então foram "buscar o pessoal que estava na floresta". Alguns deles moravam no alto Japurá, e trabalhavam com o Antônio de Matos (um brasileiro branco). Adriano conta que em 1935 tinha doze anos e eles já tinham chegado. Conta também que o castanhal foi arrendado por Isidoro Sampaio para os Mota., que "enganaram os índios". Eles eram forçados a dar uma parte de castanha para o Trovão, e o restante para os Mota. os comerciantes vinham no navio Marapatá, e levavam a produção. Não pagavam, e nem facilitavam o trabalho. Limitavam-se a fornecer um pouco de mercadoria em troca da castanha. Adriano considera, no entanto, que a relação com o SPI foi importante para o reconhecimento da terra. Alguns Miranhas começaram também a fazer regatão no Japurá, como Marcelino Cordeiro, irmão do pai de Lino Pereira Cordeiro, que foi tuxaua após Adriano. Lino foi sucedido por Manduca.

2-3 A identidade Miranha no Japurá e os vestígios da sua história.

As informações fornecidas pelos depoimentos de Miranhas brasileiros indicam que a vivência da nacionalidade é importante para a constituição da identidade Miranha no Japurá e Médio Solimões, e diz respeito à dimensão étnica das fronteiras político-administrativas, na época do apogeu da exploração do caucho, quando as fronteiras entre Peru, Colômbia e Brasil foram definidas. Ser Miranha no Brasil, no entanto, parece indicar a auto-representação de diferença face aos indivíduos da mesma etnia na Colômbia, embora se expressem sinais de uma identificação, nem sempre explicitada, entre eles, visto que reconhecem situações sociais semelhantes.

A atuação da instituição indigenista brasileira - o SPI - na fronteira Amazônica significou, na década de 30, o reconhecimento, no Médio Solimões das terras Miranha de Méria e Miratu, na mesma época que foram colocados os marcos de fronteira entre Brasil e Colômbia. No entanto, estes índios eram excluídos do mercado, servindo os próprios índios e inspetores de índios como capatazes, feitores e agentes interventores das relações de trabalho e da exploração comercial. Mas isto não quer dizer que o resultado tenha sido a assimilação total das etnias autóctones. A possibilidade do reconhecimento territorial a partir da organização indígena dos anos 90, os levou a apresentar um território imaginado como terra Miranha, exatamente em um ponto do Japurá, o falado caminho dos comerciantes e dos negócios clandestinos. A memória social é uma forma de auto-representação do grupo no sentido da constituição da identidade e da criação de bases territoriais de existência. No entanto a própria condição - historicamente constituída - de sua sujeição, produz uma identificação, ainda que recalcada, com os "estrangeiros", e leva muitos deles a guardar viva a memória das antigas lutas, e isto os anima a revelar sua alteridade e individualidade

Com a organização das assembléias indígenas lideradas pela UNI-Tefé desde 89, eles passaram a se reaproximar dos Mayrorúnas, que conheceram quando estes moravam no baixo Japurá. Lourival e Pagão, do Marajá, foram procurar os velhos conhecidos Miranhas, e estes realimentaram a esperança de ter seu território demarcado, embora houvessem intrusos e mesmo membros do próprio grupo que continuavam negando a existência do território indígena. Máximo conta que foi procurar, mas os filhos e netos não lembravam mais as histórias dos veteranos. Máximo perguntou se queriam ser considerados índios, e eles decidiram assumir sua identidade. A predominância é Miranha, mas existem outras etnias. No São Pedro, existem também Mayorúnas e Cambebas. No São Raimundo existem Miranhas que vieram do Solimões (Gleide Bezerra de Melo).

Contam que fazendo roça na terra firme, encontram pedaço de pote, de alguidar de cerâmica, e coisas muito antigas. Dizem que era de Miranha. Dizem que quando entram no centro, até hoje encontram capoeiras, com embaúba, que eram "deles mesmos, das antiguidades". A mais ou menos meio dia de viagem da beira até o centro, já se encontram muitos cacos de cerâmica dos antigos. Segundo contam os mais velhos, anteriormente eles viviam mais para o centro da mata, pois por causa do mal trato dos brancos

fugiam para onde não pudessem ser encontrados, a mais de meio dia de viagem da beira do rio. Para chegar ao Jauacaca, são três horas. Brígido conta que já viu a visagem de Martimiano, filho de Faustino, e Henriquita, os antigos. Diz que o Deus dos índios é a terra, a água, os peixes e os animais. Diz também:

"Aqui no centro, forma uma mata canamã, 'chupador', onde desce todo o tipo de animal: anta, tatu, veado, todo o tipo de animal: anta, tatu, veado, todo o tipo. Da largura da anta, gaivota, tucana, arara, ariramba. Tem um que o rastro é do tamanho de um pato. Ele come. Está cheio de osso de bicho que ele come. Quando fizer a demarcação, vai encontrar a onça tigre, que é maior que a onça".

Segundo eles, os "antigos" moravam no "centro", perto de chupadores onde tinham mais facilidade de caçar e onde faziam muitas festas onde praticavam costumes hoje deixados de lado, como fazer "moquém" (churrasco) de cobra sucuriçu, ou outras.

3. Ocupação e Utilização da área pelo Grupo Indígena

Hoje continuam frequentando as áreas do centro da mata, e extraem castanha, palha, madeira e seringa. As roças e árvores frutíferas são mais perto da beira. Marinho afirmou que "caça é só para alimentação, Não é para exportar". Brígido retrucou que podem também caçar para comprar algum bem necessário. Vivem basicamente da pesca, que negociam com os peixeiros e regatões, a troco de bens manufaturados, a cálculo monetário. As culturas permanentes (banana, mandioca, castanha, cará) são realizadas sobretudo nas áreas de terra firme, e a agricultura de ciclo curto (milho, macacheira, batata doce, gerimum, batata) nas áreas de várzea. As aldeias São Pedro e Nova Estrela estão na terra firme, enquanto que as aldeias Vila Nova e São José ficam na várzea. Sua produção, é destinada principalmente ao consumo. A farinha é um produto voltado praticamente só para consumo, ao passo que a banana, o peixe e a farinha são vendidos "na beira", a preços muito menores que em Tefé. Em dezembro de 95, uma penca de banana custava CR\$3,00 no Cuiú Cuiú, e era vendida em Tefé ao preço de CR\$10,00.

Os regatões e atravessadores que viajam pelo Japurá estão associados a uma rede mercantil, agindo como intermediários dos grandes comerciantes de Tefé, que controlam a economia e a política local. A identidade Miranha é constituída nesta rede, sendo representação corrente entre os chamados "patrões", que monopolizam o comércio, que "índio é mesmo que bicho, não vale nada". Quando passam a afirmar a identidade Miranha, isto representa uma tentativa de quebrar a cadeia da dominação, e lutar por uma autonomização econômico-territorial. Eles procuram quebrar o monopólio de um só patrão, comprando e vendendo com diferentes "marreteiros"(como são chamados os regatões) Os Miranhas (especialmente Marinho e Máximo) expressaram a opinião de que são enganados pelos comerciantes e que seria melhor fazerem a venda direta em Tefé, onde os preços não sofrem o controle total dos atravessadores, e seguem

mais às leis de mercado. Marinho fala na idéia de fazer um projeto para comprar um barco e fazer regularmente as relações de compra e venda em Tefé. Os gastos com combustível e reparação da embarcação seriam comunitários. Porém ainda prevalece o sistema de troca, baseado na exploração paternalista, que favorece os detentores dos meios de comercialização.

Existe bom relacionamento com outras comunidades ribeirinhas, sem informações sobre atuais conflitos étnicos. Citam, entre outras, parentes e "colegas" na Comunidade de Santa Rosa, no Japurá, um pouco acima do São Pedro. Na Ressaca do Guariba, no Solimões, um pouco abaixo de Tefé, existe um grupo de parentes dos Miranhas do Cuiú-Cuiú, mas que não estão reconhecidos como Miranhas, embora mantenham contacto com os parentes.

Além das relações já citadas com os Miranhas da Méria e do Miratu, os Miranhas do Cuiú-Cuiú já conheciam os Mayorúnas do Marajá desde os quando estes últimos moravam no Tapiira, no baixo Japurá (eles mudaram-se de lá para o Marajá, no Solimões, boca do Japurá nos anos setenta). Na aldeia São José, existe uma família Canamari, José Raimundo e Dalsinete, que foi criada pelo Tuxaua do São José (Deuso), mas é sobrinha de Pereira, tuxaua da A.I. Maraã Urubaxi. Na Nova Estrela, um casal (Tarsila e Herculano) que veio da comunidade ribeirinha de Santa Maria, no Japurá. Mudando para Nova Estrela, passaram a assumir a identidade indígena e afirmam ser Mura. No São Pedro, existem parentes de Mayorúnas do Marajá(63) e de Cambebas da Barreira da Missão. É parentesco antigo, de descendentes que moravam no Espírito Santo, foz do Jutai, município de São Paulo de Olivença, no início do século.

Nas assembléias, eles puderam encontrar os antigos parentes. Surgiram também novos relacionamentos. Marinho considera que seria interessante haver um controle das trocas matrimoniais daqui para frente. Por exemplo: se uma Canamari se casa com um Miranha, deveria uma Miranha casar com um Canamari. Mas observam a dificuldade deste tipo de controle, indicando que atualmente os filhos não seguem os conselhos dos pais, nem os namoros podem ser acertados formalmente, porque correm paralelamente às reuniões e assembléias, em ocasiões informais.

Nas aldeias São Pedro e Vila Nova, existem Igrejas Batistas. Na aldeia Nova Estrela, seguem o movimento da Cruz. Um deles conta que já foi a Santo Antônio do Içá, e conheceu o irmão José da Cruz.

São três cemitérios: Na Nova Estrela (terra firme), na São José (várzea) e na Vila Nova(terra baixa). Quando é época de enchente, enterram todos na Nova Estrela. Neste último existe maior quantidade de pote velho, forno de barro, sinal de que os antigos eram enterrados lá(64), e que eram realizados rituais. Fica próximo do sítio de castanha onde Antonio Faustino morava, existindo ainda a capoeira dele. No lago do Cuiú-Cuiúzinho existem vestígios do antigo cemitério da Vila Nova, onde foram enterrados os antigos.

(63) No Marajá, a mãe do Genival é Cocama. O pai dela veio do Espírito Santo também. A mulher do Manoel Nóteno é Ticuna. A mulher do Jesualdo é Caixana. Afirma Genival, coordenador da UNI Tefé: Diversas etnias se conheciam no passado porque os patrões traziam e colocavam junto trabalhando nas feitorias. Aí iam se conhecendo, e casavam".

(64) Alguns dos antigos foram sepultados em outras localidades: Manuel Quintino, pai do Máximo, foi sepultado na Méria. Alfredo foi sepultado no Miratu.

Segundo contam, ali estava situada a moradia da maior parte deles, em grandes malocas onde moravam todos juntos. Ali eram realizadas as suas festas e suas danças.

Na boca do lago do Cuiú-Cuiú, morava o Sebastião Palito. Tinha um atravessador de Tefé, que era patrão dele, que chegava meia noite e dava de chicote no Sebastião Palito. Palito, que morava na mata mesmo, fundou um lugar no Cuiú-Cuiú Grande. Até hoje lá tem um biritizeiro dele. Lá ainda se encontram muitos cacós, sinal de anteriormente ali teriam morado os antigos, é onde fica a primeira roça da Vila Nova.

No centro do São Pedro que é atrás do São Raimundo, onde se vai por um furo, foi encontrado um antigo alguidar(ver foto). Raimundo Maia conta que acha que lá deveria haver uma aldeia de antigos Miranhas. No centro do São Pedro, nas redondezas do Igarapé do Natal existe chupador. Dali se vara para o Igarapé do Arumã e deste para o Joacaca, igarapé que forma lagos até chegar no lago do Amanã. Na cabeceira do Cuiú-Cuiú Grande, há um descampado. O pessoal do São Pedro durante a época da cheia trabalha em roça neste terreno. Quando está seco, vivem e trabalham na beira.

O movimento ecológico contribuiu para a mobilização étnica, pois quando foi criada a Estação Ecológica Mamirauá, defronte à qual está a A.I. Cuiú-Cuiú, os peixeiros passaram a entrar mais frequentemente no lago do Cuiú-Cuiú. Com a evidência que o peixe e os quelôneos nele contidos passaram a escassear, os Miranhas decidiram buscar seus direitos para fiscalizar seu território como terra indígena, e querem colocar algumas famílias em pontos estratégicos do lago, assim como placas de área interdita pela FUNAI. A mobilização étnica implicou em uma valorização positiva da identidade Miranha e de sua auto-representação enquanto grupo social. Passaram a não mais aceitar que os "patroes" ou outros não índios escarnecessem deles. Passaram também a buscar a participação em cursos de preparação de agentes de saúde, e com isto a população aumentou. A epidemia de hepatite B, que provocou 27 mortes só em 1993, atualmente parece controlada. Isto implica um incremento populacional, à medida que, com o incremento de casamentos intra-étnicos(ver censo), aumentam os nascimentos dentro do grupo, de crianças que a partir dos últimos anos passaram a ter assistência de agentes de saúde preparados e equipados para combater as epidemias.

4. Proposta de Delimitação da Área Indígena

Como conclusão dos trabalhos, ficou decidido o endosso da proposta de delimitação anterior, e a reavaliação dos valores dos laudos de avaliação das indenizações dos invasores, tendo por base as benfeitorias constantes à época da primeira viagem de identificação e delimitação.

Cuiú-Cuiú limita ao norte com o Jubará e ao centro com terras ocupadas por moradores do lago de Amanã. Limites naturais do norte para o sul: Igarapé Maurício⁽⁶⁵⁾ até a ressaca da Conceição, Igarapé Santana, Igarapé Jauacaca, Igarapé Arumã⁽⁶⁶⁾,

⁽⁶⁵⁾ Observei que na entrada do Igarapé do Maurício, havia uma árvore de caucho. Afirmaram que como foi deixada no passado, agora não derrubam mais. Fica como vestígio da história viva dos Miranhas do Japurá.

⁽⁶⁶⁾ O arumã é uma palmeira cujas folhas são utilizadas para artesanato.

Igarapé Grande, Igarapé Manoel Joaquim. O Igarapé Manoel Joaquim cai na ressaca da Conceição. Toda esta região tem muito peixe e caça, que come tucumã. Os Igarapés Arauã, Breu Branco, Matrinchão e Arumã desembocam no Jauacaca que desemboca no Urumutum. O Igarapé Manoel Joaquim e Igarapé Sem Nome desembocam no Igarapé Grande, divisão de águas entre Jauacaca/Urumutum e Igarapé Grande. A A.I. fica na divisão de águas entre Amanã e Japurá. Rio Urumutum e Igarapé Grande formam o lago de Amanã.

Marinho afirma que existem poucos moradores no centro do lago do Cuiú-Cuiú. São três casas, afastadas umas das outras, usadas mais como retiro na época do plantio que como moradia efetiva. Isto torna o lago exposto à entrada de peixeiros invasores, o que provoca o escasseamento dos peixes, que é a base da alimentação da população Miranha, sobretudo da Vila Nova, mas também para São José e Nova Estrela. Duas famílias decidiram-se a estabelecer-se definitivamente lá, a fim de defender o lago da entrada de invasores. Querem colocar uma placa de área interdita pela FUNAI, para impedir o acesso de estranhos.

No cento do São Pedro, que fica atrás do São Raimundo, e existem apenas tapiris onde moram na época do plantio e da colheita da mandioca manifestaram a intenção de construir casas para moradia permanente, visto que fica a uma hora a remo de distância, o que dificulta a locomoção. São três meses para fazer a roça e eles têm que ir e voltar todo o dia. Alguns prefeririam morar lá na época do fábriço, assim como durante a colheita e beneficiamento da farinha. Trata-se de uma decisão estratégica, para evitar a depredação do lago por peixeiros que entram pela boca do Cuiú-Cuiú e vão pescar lá dentro. Com a residência permanente de moradores, seria mais fácil impedir a invasão. São Pedro fica a mais ou menos duas horas de remo da boca do Cuiú-Cuiú, e a 5 horas de Nova Estrela.

5. Situação Fundiária e presença dos não índios dentro da área eleita(67).

1. Raimundo Adamil - Mora em outro imóvel, Boa Esperança, mas tinha plantações dentro do Baixo Grande. Como até agora não recebeu indenização, quer voltar. Mora fora, mas no limite da área. Adamil e a mulher moram há treze anos. Moravam em Tefé. Vieram tirar madeira e ficaram. São 9 filhos.

2. Ésio - Saiu da área. Está morando aqui agora. Não plantaram mais nada. Só uns pés de banana. Plantou dois bananais. Saiu porque o tuxaua mandou. Não plantaram mais nada. São 13 filhos.

3. Américo Rosa, que deixou a área mas pretende voltar porque ainda não recebeu a indenização.

4. Arnaldo dos Santos, que recusava-se a sair da área e criou uma situação extremamente grave (ver documento- anexo 2) de conflito com os Miranhas, pois desafiou a autoridade do tuxaua servindo como intermediário de um comerciante que também era vereador e presidente da câmara de Tefé. Disseram que fez "galhofada", escarnecendo dos índios, e chegando a ameaçá-los de morte. Dizendo que eles não pagariam a dívida, impedia-os de negociarem com outros comerciantes. No entanto, em seu caderno registrava apenas a mercadoria, sem anotar o preço, provavelmente uma atitude de má fé para aumentar a

(67) Osmar Rosa, que era regatão, fez uma picada para cultivo e tirou 500 metros de frente e 100 de fundo. Mas atrás, fora da reserva.

dívida ao sabor da necessidade de seus "fregueses". Esteve presente na assembléia de 26 a 30 de agosto de 1994, e afirmou que não sairia sem receber a indenização. Porém, ficou claro que pretendia incluir, no valor da indenização, aquilo que estipulava como sendo a dívida de seus "fregueses". A equipe da FUNAI visitou sua moradia e esclareceu que ele não teria direito a este tipo de indenização, caracterizada como má fé. Os Miranhas decidiram em reunião dar um prazo de um mês para encerrar o negócio e se retirar da área.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNAUD, E.

1974 - "Os Índios Mirânia e a expansão luso-brasileira (Médio Solimões-Japurá, Amazonas)". Bol Mus. Pa. Emílio Goeldi, Nova Série: Antropologia, Belém (74):1-48, 1974.

BASTOS, T.

1975 - O Vale do Amazonas Brasiliana, 106. São Paulo, CEN.

BATES, H. W.

1944 - Um Naturalista no Rio Amazonas. São Paulo, CEN.

BEOZZO, José Oscar

1983 - Leis e Regimentos das Missões - Política Indigenista no Brasil - São Paulo, Loyola.

BRASIL, Ministério dos Negócios Estrangeiros

1970 - Relatório acompanhado de Anexo "Estado das Questões Pendentes entre o Brasil e os Estados Unidos de Colômbia sobre Limites e navegação fluvial. Discussão entre a missão especial do Brasil e o governo dos mesmos estados" 302 páginas (contendo um arrazoado do Barão de Cotegipe, a transcrição de todos os documentos relativos à missão Nascente de Azambuja, uma memória de Duarte da Ponte Ribeiro e três mapas da região discutida).

CABROLIÉ, A.

S/d. - "Notas e impressões de uma viagem ao Japurá" Manuscrito, Arquivos Privados de Chevilly LaRue, 138 AI.

CARNEIRO DE MENDONÇA, M.

1963 - A Amazônia na era pombalina, 1º Tomo, Rio de Janeiro, IHGB.

COLOMBIA, Ministério das Relações Exteriores

1936 - Arreglo de Limites entre la República de Colombia y la República de los Estados Unidos do Brasil - Colombia,
Oficina de Longitudes e Fronteras - Editorial de Litografia.

Koch-Grunberg

1910 - Zwei Jahre unter den Indianern - Reisen in Nordwest Brasilien 1903/1905 -pag. 299-305- , 413 pp.
(tradução de Daynéa Faulhaber Barbosa). Berlin.

FAULHABER, Priscila

1993 - O "lago dos espelhos". Um estudo antropológico das concepções de fronteira a partir do movimento dos índios Tefé/AM. Tese de doutorado. Campinas, Belém. Unicamp/Museu Goeldi.

1994 - "Índios e Fronteiras no "Divortium Aquarium" Japurá-Caquetá/Içá-Putumayo". Relatório de Pesquisa. Museu Goeldi, outubro.

GOMEZ, Augusto

1993 - "Traicion à la Patria" Universitas Humanistica História nº 37 ano XXII: 6-24. Colombia, Universidade Javeriana.

GUYOT, Mireille.

1972 - "Le Travail du Caoutchouc chez les Indiens Bora et Miraña. Journ. Soc. Amer. Paris, 61: 177-214.

1979. "La Historia del mar de Danta, el Caquetá. Una fase de la evolución cultural en el Noroeste Amazónico" - Journal de la société des Américanistes tome LXVI:99-124. Paris, Au siège de la société.

1983 - "El relato de O'ioi" - Amazonia Indígena "3(nº6) 1983:3-10.

LANDABURU, J.

1979 - La langue des Andoke. (Amazonie Colombienne). Paris, Société d'Etudes Linguistiques et Anthropologiques de France.

LIMA, A.C.S.

1992 - "Um grande cerco de paz. Poder tutelar e Indianidade no Brasil" Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, PPGAS, Museu Nacional, UFRJ.

MARCOY, P.

1879 - Travels in South America 1875 - London, Blackie & Jon.

MEIRA, M.

1993 - Livro das Canoas. Documentos para a história indígena da Amazônia. São Paulo, NHII/USP/FAPESP.

PINEDA, R. C & LANDABURU, J.

1984 - Tradiciones de la gente del hacha: mitología de los indios andokes del Amazonas. Bogotá, Instituto Caro u Cuervo, y UNESCO.

PINEDA, Roberto C. & VARGAS, H. L.

1982 - Etnohistoria del Gran Caqueta. Bogotá, Banco de la República.

1995 - "La Casa Arana (1902-1932). Un enfoque etno-histórico del proceso extractivo del Caucho en el Amazonas Colombiano". Tesis presentada pra optar el Título de Maestría en Historia. Bogotá, Departamento de História, Universidad Nacional de Colombia.

RIVERA, J. E.

1923 - "Informe de la Comission Colombiana de limites con Venezuela al Ministro de Relaciones Exteriores". Manaus, 18 de julio de 1923 - Arquivo Nacional de Colombia - Sección República - Tomo 731, folios 78-85.

SOUZA, I.G.

1936 - "O Centenário da Cabanagem - o que foi ela em Tefê". Tefê, O Missionário, ano XVI: 41-43, outubro.

SPIX, J.B. & MARTIUS, C. F.P.

1976 - Viagem ao Brasil - 1817/1820. Melhoramentos-INL, v.3.

TASTEVIN, C.

1921 - "Une Course Apostolique au Fleuve Japoura-Caquetá" - Les Missions Catholiques - Lion - 19 agosto 1921 a 4 novembro 1921 - pag. 392 a 527.

1924 - "Les Indiens Mura de la Région de l'Autaz. L'Anthropologie - TomeXXXIII:509 533.

1926 - "A Formação de uma aldeia do Solimões (Nogueira)" - Revista do Museu Paulista, Tomo XIV:635-649, São Paulo, Museu Paulista.

1928 - "La région du Moyen- Amazone ou Solimões (Brésil)" - La Géographie - Extrait des numéros de novembre-décembre 1927: 1-23 - Paris, Société de Géographie .

1943 - The Midle Amazon:Its People and Geography - Eleven Articles by Constant Tastevin.

Washington, Office for Emergency Management/ Coordinator of Inter-American Affairs.

TAUSSIG, M.

1983 - "Cultura do Terror e Espaço da Morte na Amazônia" - Religião e Sociedade 10:49/64 Rio de Janeiro, Iser.

Anexo 1

DADOS DE CENSO NA ÁREA INDÍGENA CUIU-CUIÚ (RIO JAPURÁ)

Roteiro:

1. Aldeia Nova Estrela dia 30 de Agosto 1994 e 16 de dezembro de 1995
2. Aldeia São José dia 31 de Agosto 1994 e 14 de dezembro de 1995
3. Aldeia Vila Nova dia 1 e 2 de Setembro 1994 e 15 de dezembro de 1995
4. Aldeia São Raimundo dia 2 de Setembro 1994)
5. Aldeia São Pedro dia 3 e 4 de Setembro 1994 e 15 de dezembro de 1995

Comparações:

| FUNAI censo | 92 | 94 | 95 | 92 | 94 | 95 |
|-------------------------------|----------|----|----|------------|-----|-----|
| aldeias | famílias | | | habitantes | | |
| 1. Baixo Grande ⁶⁸ | 2 | | | 12 | | |
| 2. Nova Estrela | 8 | 6 | 9 | 39 | 35 | 52 |
| 3. São José | 11 | 14 | 13 | 67 | 74 | 75 |
| 4. Vila Nova | 16 | 19 | 21 | 94 | 123 | 146 |
| 5. São Raimundo ⁶⁹ | 5 | 1 | | 28 | 11 | |
| 6. São Pedro | 14 | 15 | 17 | 80 | 84 | 94 |
| Total | 56 | 55 | 60 | 320 | 327 | 367 |

⁶⁸ No Baixo Grande, não havia mais ninguém em 1994. Na aldeia de São Raimundo, como só habitava ali uma família, trabalhando de comum acordo com o Tuxaua Marinho, que é o representante geral da A.I. do Cuiú-Cuiú.

(⁶⁹) Em 95 não existia mais o São Raimundo, pois todos haviam ido embora

Censo e anotações por casa/família - 1995

1. Aldeia Nova Estrela: tuxaua Francisco Brígido de Miranda

Família 1 2 pessoas

pais: João Soares Filho X Inês Nogueira

(indio Mura) (india Miranha)

Família 2 10 pessoas

pais: José Faustino X Maria Lazarita

(Miranha do Japurá)

Família 3 2 pessoas

pais: Raimundo Faustino X Maria Divina

(Miranha do Jaraqui, Japurá)

Família 4 5 pessoas

pais: Pedro Nogueira X Maria Ocilénia (Kanamari, Juruá)

Família 5 7 pessoas

pais: Francisco Brígido Miranda X Neuza Nogueira

Família 6 9 pessoas

pais: Florêncio Faustino X Julieta Moreira

Família 7 9 pessoas (sairam para Vila Nova)

pais: Raimundo Faustino Dias X Maria Izuneide Miranda Dias

Total Nova Estrela: 6 famílias, com 35 habitantes

Anotações por casa/família

* Casa 1

observações:

- os pais do Soares são João Soares (Mura do baixo Amazonas) e Angela de Oliveira (Miranha do Cururú do Japurá); o avô do lado paterno chamava-se Manoel Soares(+)
- os pais da Inês Nogueira, Antônio Faustino (veio do baixo Amazonas) e Maria Nogueira (de Coraci do Japurá), já tinham falecido; 1 irmão da Inês mora em Nova Estrela (fam.6); Julieta Moreira (fam.6) é prima da Inês
- 3 filhos e 3 filhas casados, dos quais 2 filhos e 1 filha moram em Nova Estrela (fam.2,4,5), 1 filha em São José (fam.2); 2 filhas moram fora da área, na comunidade Copeá do Japurá e na costa de Tefé.

* Casa 2

observações:

- 7 filhos em casa e o pai da Maria Lazarita, Otítilio Pereira, filho da Filomena que foi casada com piauiense
- 1 filho casado mora em Nova Estrela (fam.3)

* Casa 3

observações:

- pais da Maria moram em São José (fam.12)
- 3 filhos em casa

* Casa 4

observações:

- Brígido é tuxaua de Nova Estrela e filho do Raimundo Faustino Dias e Maria Izuneide(fam.7)
- Neuza é filha do João Soares
- 5 filhos moram em casa

* Casa 5

observações:

- Maria é filha da Amélia Faustino Miranda (já faleceu)
- 7 filhos em casa
- esta família saiu no dia do censo para morar em Vila Nova (fam.13)

* Casa 6

observações:

- Florêncio é irmão da Inês Nogueira (fam.1); Julieta Moreira é filha do índio Miranha Messias (já faleceu)
- 5 filhos e 2 netos em casa; 1 filho mora em São José (fam.5)
- 2 filhos moram em Manaus, 1 em Coraci/Cururu

* Casa 7 Raimundo Faustino é filho do Isidoro Secundino (filho do Secundino /Português e Francisca/ Miranha) e Amélia Faustino (Miranha)

2. Aldeia São José: tuxaua Deuso Lopes de Assunção

Família 1 6 pessoas

pais: Magnólia Soares Faustino X Adrião Faustino (+)

Família 2 8 pessoas

pais: Deuso Lopes de Assunção X Raimunda Soares da Silva

Família 3 7 pessoas

pais: Isaías Soares Faustino X Suely Nogueira da Silva

Família 4 4 pessoas

pais: Aristoteles Soares Faustino X Maria Soares da Silva

Família 5 5 pessoas

pais: João Moreira Faustino X Gracilda Nunes da Silva

Família 6 2 pessoas

pais: Edinho de Moraes X Sandra Soares Faustino

Família 7 2 pessoas

pais: Jânio Dias Gonçalves X Jurcilene Nogueira da Silva

Família 8 15 pessoas

pais: Valdenora Dias Gonçalves X Raimundo Gonçalves

Família 9 8 pessoas

pais: Cassiano da Silva Nogueira X Edna Pereira Nogueira

Família 10 2 pessoas

pais: Carlos Eduardo Gonçalves X Alzira da Silva

Família 11 4 pessoas

pais: Dausinete Soares da Silva X José Raimundo Cavalcante

Família 12 5 pessoas

pais: Manoel Francisco Mendes X Maria Coelho Rosário

Família 13 3 pessoas

pais: Manoel Mendes Filho X Vitória

Família 14 3 pessoas

pais: Raimundo Mendes Coelho X Maria Soares Faustino

Total São José: 14 famílias, 74 habitantes

Anotações por casa/família

* Casa 1

observações:

- Adrião (falecido) é irmão de Inês Nogueira, Laurêncio Faustino (Nova Estrela) e Maria Florinda Faustino (+); filhos do Antônio Faustino e Maria Nogueira, que é filha da Henriqueta (Miranha)

- 5 filhos em casa; 2 fora, em São José (fam.3 e 4)

* Casa 2

observações:

- Deuso é filho do João Soares (Nova Estrela, fam.1); os pais da Raimunda são índios Kanamari, morando em São José (fam.11) e 1 irmã também (fam.4)

- 6 filhos em casa

* Casa 3

observações:

- Isaías é filho da Magnólia (fam.1) e irmão do Aristóteles (fam.4); pais da Suely são Otilio Pereira e Maria Florinda Faustino e irmãs dela são Edna (fam.9) e Jucilene (fam.7)

- 5 filhos em casa

* Casa 4

observações:

- Aristoteles é irmão do Isaías (fam.3) e filho da Magnólia (fam.1); Maria do Deuso e Raimunda (fam.2)

- 2 filhos em casa

* Casa 5

observações:

- João é filho do Laurêncio e Julieta (Nova Estrela, fam.6); Gracilda do Francisco Garcia e Antonia Neves (do Auati-Parana e Tefê)

- 3 filhos em casa

* Casa 6

observações:

- Edinho nasceu em São Paulo de O. numa aldeia (Ticuna?); os pais dele são Edinho Figueiredo de Morães e Nazaré Rodrigues Clarindo (filha da Luísa Clarindo Araújo, filha da Josefa e Soriano, e irmã do Clarindo antigo; Augusta é irmã da Nazaré)

* Casa 7

observações:

- Jânio é filho da Valdenora da Silva Raimundo Gonçalves (fam.8); Jucilene é filha do Otilio Pereira e Maria Florinda Faustino (irmã da Ines Nogueira da Nova Estrela, fam.1). O pai de Jânio era Caixana e a mãe colombiana

* Casa 8

observações:

- pais do Jânio; 2 filhos casados em Tefé
- 13 filhos em casa

* Casa 9

observações:

- Cassiano é filho do índio Kokama Ambrósio Nogueira e da índia Miranha Margarida da Silva (do Jutai); Ambrósio é filho da Maria Nogueira e João Nogueira, e é primo da Maria Florinda; Edna é filha do Otilio Pereira e Maria Florinda
- 6 filhos moram em casa

* Casa 10

observações:

- Carlos (vejo do Buá -Buá) é pai do Raimundo Gonçalves; Alçira (Caixana do Mapari, parente do Joaquim) é mãe da Valdenora (fam.8)

* Casa 11

observações:

- José é filho do Raimundo Cavalcanti e Lúcia (índia Kanamari); Dausinete também é Kanamari , sobrinha do Pereira
- 2 filhos em casa

* Casa 12

observações:

- Manoel (vejo do Juruá) é filho da Canamari Petroníla Santana Mendes (tia da Pereira) e do José Batista
- 1 filha mora em Maraã, 1 em Manaus, 1 filha casada mora em Nova Estrela (fam.4), 2 filhos casados moram em São José (fam.13 e 14); 3 moram em casa

* Casa 13

observações:

- Manoel é filho do fam.12; Vitória é irmã do tuxaua Brígido da Nova Estrela (fam.5), filha do Raimundo Faustino Dias (Vida Nova, fam.13)
- 1 filho em casa

* Casa 14

observações:

- Raimundo é filho da fam.12; Maria é filha da Magnólia (fam.1)

3. Aldeia Vila Nova: tuxaua Marinho Secundino Vieira

Família 1 10 pessoas

pais: Marinho Secundino Vieira X Teresa da Silva

Família 2 8 pessoas

pais: Maria Luísa Secundinha de Assunção X Benedito de A +

Família 3 3 pessoas

pais: Inocêncio João de Assunção Faustino X Lídia Balbina da Silva

Família 4 6 pessoas
pais: Francisco Faustino X Valnéia Faustino Dias

Família 5 8 pessoas
pais: Petronília Braga de Assunção X Isidoro Pontes

Família 6 4 pessoas
pais: Maria Cleudimar X Zé Bras

Família 7 10 pessoas
pais: Lázaro Faustino X Maria da Silva Faustino

Família 8 3 pessoas
pais: Raimundo da Silva X Sebastiana de Araújo

Família 9 8 pessoas
pais: António Araújo X Albertina Lopes Vieira

Família 10 4 pessoas
pais: Germana Pereira da Silva X Herculano da Silva +

Família 11 1 pessoa
Altino Moreira

Família 12 7 pessoas
pais: Jucelina de Assunção X Pedro Pereira Faustino

Família 13 9 pessoas
pais: Raimundo Faustino Dias X Maria Izuneide Miranda Dias

Família 14 12 pessoas
pais: Nazaré Clarindo Figueiredo X Edinho de Figueiredo

Família 15 9 pessoas

pais: Cilene Figueiredo X Justino Rodrigues

Família 16 7 pessoas

pais: João de Castro X Francisca Secundina

Família 17 9 pessoas

pais: Georgita Clarindo X José Ribamar

Família 18 4 pessoas

pais: Raimundo Clarindo X Maria Madalena

Família 19 3 pessoas

pais: Ielete X Zé Golha

Total Vila Nova: 19 famílias, 123 pessoas

Anotações por casa/família

* Casa I

observações:

- os avôs do Marinho (Filomena e Cândido) já moravam aqui (mais no centro, no tapiri), morreram há 10 anos com 80 anos de idade. Filomena era filha de Faustino, que veio com o irmão Clarindo, fugindo e andando de canoa para os brancos, dos rios Copiá e Tambaqui
- Marinho tem 11 irmãos, 2 moram no Cuiú-Cuiú. Maria Luísa (fam.2) é irmã do Marinho, outra é Maria Izuneide Miranda Dias fam.13); um irmão da Teresa casou-se com uma Mura de comunidade ribeirinha Santa Maria (mas não se identifica assim)

- 9 filhos; uma casada com um branco mora em Santa Maria

* Casa 2

observações:

- Benedito, falecido há 5 anos (cirrose), é filho da Belmira e João Faustino, e tem 2 irmãos que moram aqui (fam.3 e 5); os pais da Maria (e do tuxaua Marinho) são Ilda e Vital Faustino (que mora em Tefê) que é filho do Antônio Faustino e Maria Nogueira (e irmã da Maria Florinda)
- dos 8 filhos, 7 moram em casa (1, a mais velha, saiu para Manaus)

* Casa 3

observações:

- Inocência ver fam.2; pai da Lídia mora em Alvarães e trabalha na roça;
- 2 filhos casados, 1 saiu da aldeia para Tefê e tem um retiro em Caiambé; o outro na fam.4; 1 de criação (filho do Lázaro, o irmão do Inocência)

* Casa 4

observações:

- Francisco é filho do Inocência (fam.3); Valnelia é irmã do Brígido (tuxaua São José), filhos do Raimundo Faustino Dias e Maria Izuneite Miranda Dias (fam.13);
- tem 4 filhos

* Casa 5

observações:

- Isidoro vejo do baixo Japurá (Pirarara); Petronila é irmã do Benedito (fam.2), Inocência (fam.3) e Lázaro (fam.7), filhos da Belmira Braga de Assunção e João Faustino
- dos 8 filhos, 1 saiu (para Foz do Jutai) e 1 casou-se (fam.6); 6 ficam em casa

* Casa 6

observações:

- Zé Bras é da Santa Maria
- 2 filhos

* Casa 7

observação:

- irmão do Petronília (fam.5), Inocêncio (fam.3) e Benedito (fam.2); pais da Maria são Lídia Balbina da Silva e Inocêncio (fam.3)
- 9 filhos e 1 um mora em Tefé

* Casa 8

observações:

- os pais da Sebastiana são António Araújo (pai: Paulo Araújo, filho da Josefa Clarindo e Amâncio Clarindo) e Albertina Lopes Vieira (fam.9), que moram aqui já há 30 anos
- tem 1 filho

* Casa 9

observações:

- tem 6 filhos em casa e 1 fora (fam.8)

* Casa 10

observações:

- Herculano morreu; Germana é filha da Filomena (irmã do Otilio Pereira) e Candido (Maranhense)
- em casa morram mais 3 pessoas: 1 filho casado (Herculano Filho com Darcilete Bras) com 1 filho

* Casa 11

observações:

- solteiro; pais vieram de Fonte Boa
- morra na terra firme (castanheiro)

* Casa 12

observações:

- os pais da Jucelina moram em fam.13 e ela é irmã do tuxaua da Nova Estrela (Brígido); os pais do Pedro são Otilio Pereira (filho da Filomena) e Maria Florinda (filha da Maria Nogueira e António Faustino)
- 5 filhos em casa

* Casa 13

observações:

- pais do tuxaua do Nova Estrela (Brígido) saíram da Nova Estrela para Vila Nova
- 7 filhos em casa

* Casa 14

observações:

- pais da Nazaré são Suriáno Clarindo e Luísa Araújo; Luísa é irmã do Lúcio Araújo (60 anos sem filhos);avo: Clarindo; Edinho vejo de fora
- 10 filhos em casa; 1 casado (fam.15?)

* Casa 15

observações:

- mãe do Justino é Madalena Araújo (irmã do Paulo Araújo que é tia do António Araújo (fam.9 e 8)
- 7 filhos em casa

* Casa 16

observações:

- pais da Francisca são Isidoro Secundino e Paula Zurra
- pais do João são Fernandro de Castro Reis e Guimarães
- 5 filhos em casa; 3 moram em Tefé, 1 em Manacapuru

* Casa 17

observações:

- pais da Jorgita são Luísa Araújo e Suriano Clarindo; irmã é Nazaré (fam.14);
- 5 filhos em casa

* Casa 18

observações:

- mãe Isabel Clarindo é irmã da mãe (Ilda) do tuxaua Marinho
- 2 filhos em casa; 1 casada (fam. 19)

4. São Raimundo

Família 1 11 pessoas

pais: Nelson Rodrigues X Cleide Bezerra Rodrigues

observações:

- só no flutuante há moradores em São Raimundo (roça e bananeiras na terra firme; por causa do enchente todos os outros mudaram para Tefê
- os pais do Nelson são José Napolis de Meneses e Raimunda Rodrigues de Souza; da Cleide são Milton Canudo Neves de Santa e Ana Bezerra de Mello;
- participam nas reuniões da UNI; ajuri com São Pedro; Nelson é compadre do Máximo; tem 9 filhos em casa

5. Aldeia São Pedro: tuxaua José Ramos Aparício

Família 1 10 pessoas

pais: José Ramos Aparício X Santina de Castro

Família 2 9 pessoas

pais: João Marinho Filho X Daldida Ramos

Família 3 1 pessoa
pais: Ernesto Marinho X Idalinha Maya da Silva

Família 4 9 pessoas
pais: Leovindo Ramos X Regina Aparício

Família 5 3 pessoas
pais: Maria Ramos X Davi Nunes

Família 6 4 pessoas
pais: Pedro Aparício X Eloísa Ramos

Família 7 4 pessoas
pais: Adalto Aparício X Anastásio Ramos Batalha

Família 8 5 pessoas
pais: Antenor Ramos Aparício X Maria das Dores da Costa

Família 9 10 pessoas
pais: Sérgio Maya X Maria das dores Marinho

Família 10 4 pessoas
pais: Júlia Cavalcante X João Marinho

Família 11 5 pessoas
pais: Evantino Aparício X Joana Marinho

Família 12 2 pessoas
pais: Aldenor X Aldenora

Família 13 4 pessoas
mãe: Socorro

Família 14 9 pessoas
pais: Raimundo Maya da Silva X Raimunda Ramos da Silva

Família 15 5 pessoas
pais: Laurita Marinho X Raimundo de Castro +

Aldeia São Pedro: 15 famílias, 84 pessoas

Anotações por casa/família

* Casa 1

observações:

- pais do José são Pedro Aparício (do Benjamin Constant) e Eloísa Ramos (índia Mayoruna do Jutai); pai da Santina é Domingo de Castro e a mãe da mãe chama-se Joana Marinho

- 8 filhos em casa

* Casa 2

observações:

- pais do João são João Marinho (índio Peruano) e Julia Marinho Cavalcante (ã mae dela é índia Peruana e veio da Foz do Jutai); Julia é irmã do tuxaua José (fam.1)

- 7 filhos em casa

* Casa 3

observações:

- Idalinha saiu para Coari, é irmã da mãe do Máximo; Ernesto é irmão do João (fam.2)

* Casa 4

observações:

- pais do Leovindo são José dos Santos Ramos e Manuela

Cordeiro (filha de um índio Cambeba e parente dos Cambebas na Barreira da Missão); moravam no Espirito Santo (município São Paulo de Olivença)

- 7 filhos em casa; 1 saiu (fam.11)

* Casa 5

observações:

- 1 filho

* Casa 6

observações:

- Pedro é pai do tuxaua (fam.1) e índio Mayoruna (parente do Lourival, tuxaua do Marajá) que nasceu em Espírito Santo e foi para Jubará; tem 3 irmãs na Barreira Missão; Eloísa é índia Mayoruna
- 2 filhos em casa

* Casa 7

observações:

- Adalto é irmão do tuxaua (fam.1) e filho do Pedro (fam.6)
Anastásio é filho do Valdemir Batalha (da Foz do Jutai)
- 2 filhos em casa

* Casa 8

observações:

- Maria é da Foz do Jutai (Porto alegre); avó falava gíria, Ticuna do Cupeçu
- 3 filhos em casa

* Casa 9

observações:

- pai do Sérgio é Manoel Quintino da Silva; Maria é filha do João Marinho e Júlia Cavalcante (fam.fam.10), e irmã do João Marinho Filho (fam.2)
- 8 filhos em casa, inclusive Lazaro de Castro (61 anos, solteiro; avô Joaquim de Castro, do Foz do Jutai, casou-se com a índia Faustina do Aranapú)

* Casa 10

observações:

- pai é Leopoldo Cavalcante e Andresa (vieram do Peru: Iquitos, Foz do Jutai, Japurá);
- 2 filhos em casa

* Casa 11

observações:

- Evantino, vejo do Jutai, é irmão do pai (fam.6) do tuxaua (fam.1); Joana é irmã do João M. Filho
- 3 filhos em casa; 2 outros: 1 é viuva com 3 filhos (fam.13) e 1 fam.12

* Casa 12

observações:

- pais do Raimundo são Otacília Maya da Silva e Gersino Faustino (filho do Miguel Faustino-irmã do Altino e Amália); pais da Raimunda em fam.4
- 7 filhos em casa

* Casa 13

observações:

- irmã do João Marinho Filho (fam.2)
- 2 filhos, 1 neto, 1 neta; 6 outros filhos em Manaus

Censo e anotações por casa/família - 1995

1. Aldeia Nova Estrela: tuxaua Francisco Brígido de Miranda

Família 1 3 pessoas

pais: João Soares Filho X Inês Nogueira
(indio Mura) (india Miranha)

Família 2 11 pessoas

pais: José Faustino X Maria Lazarita
(Miranha do Japurá)

Família 3 4 pessoas

pais: Raimundo Faustino X Maria Divina
(Miranha do Jaraqui, Japurá)

Família 4 5 pessoas

pais: Pedro Nogueira X Maria Ocilénia (Kanamari, Juruá)

Família 5 7 pessoas

pais: Francisco Brígido Miranda X Neuza Nogueira

Família 6 9 pessoas

pais: Florêncio Faustino X Julieta Moreira

família 7 11 pessoas

Pais: José Seabra Carvalho e Esmeraldina Faustino⁽⁷⁰⁾

Família 8 : 2 pessoas

Pais: Aristides Soares Faustino⁽⁷¹⁾ e Marinalva Pereira da Silva⁽⁷²⁾

⁷⁰ é filha de Florêncio e Julieta

⁷¹ filho do Adrião Faustino

⁷² era da Vila Nova. Filha de Raimundo Pereira

Família 9: 1 pessoa

Francisco Faustino de Assunção⁽⁷³⁾

Total Nova Estrela: 9 famílias, com 52 habitantes

2. Aldeia São José: tuxaua Deuso Lopes de Assunção

Família 1 5 pessoas⁽⁷⁴⁾

pais: Magnólia Soares Faustino X Adrião Faustino (+)

Família 2 8 pessoas

pais: Deuso Lopes de Assunção X Raimunda Soares da Silva

Família 3 8 pessoas⁽⁷⁵⁾

pais: Isaiás Soares Faustino X Suely Nogueira da Silva

Família 4 5 pessoas

pais: Aristoteles Soares Faustino X Maria Soares da Silva

Família 5 6 pessoas

pais: João Moreira Faustino X Gracilda Nunes da Silva

Família 6 2 pessoas

pais: Edinho de Moraes X Sandra Soares Faustino

Família 7 2 pessoas

pais: Jânio Dias Gonçalves X Jurcilene Nogueira da Silva

Família 8 15 pessoas

pais: Valdenora Dias Gonçalves X Raimundo Gonçalves

⁷³ Filho do João Fastino(+). Era um dos "antigos".

⁷⁴ Saiu um filho, Aristide, para casar.

⁷⁵ João casou com Neuza Dias Gonçalves e continuaram morando na mesma casa.

Família 9 2 pessoas

pais: Carlos Eduardo Gonçalves X Alzira da Silva

Família 10 5 pessoas⁽⁷⁶⁾

pais: Dausinete Soares da Silva X José Raimundo Cavalcante

Família 11 5 pessoas

pais: Manoel Francisco Mendes X Maria Coelho Rosário

Família 12 4 pessoas

pais: Manoel Mendes Filho X Vitória

Família 13 4 pessoas

pais: Raimundo Mendes Coelho X Maria Soares Faustino

Total São José: 13 famílias, 75 habitantes

3. Aldeia Vila Nova: tuxaua Marinho Secundino Vieira

Família 1 12 pessoas⁽⁷⁷⁾

pais: Marinho Secundino Vieira X Teresa da Silva

Família 2 8 pessoas

pais: Maria Luísa Secundinha de Assunção X Benedito de A +

Família 3 3 pessoas

pais: Inocêncio João de Assunção Faustino X Lídia Balbina da Silva

Família 4 7 pessoas

pais: Francisco Faustino X Valnéia Faustino Dias

Família 5 9 pessoas⁽⁷⁸⁾

pais: Petronília Braga de Assunção X Isidoro Pontes

⁷⁶ Foram para Tefé, mas voltam.

⁷⁷ um novo casal (Isadora e Rosimar), com um filho, que continuou morando na casa.

⁷⁸ Maria casou com Raimundo Duarte, do São Pedro

Família 6 4 pessoas
pais: Maria Cleudimar X Zé Bras

Família 7 10 pessoas
pais: Lázaro Faustino X Maria da Silva Faustino

Família 8 3 pessoas
pais: Raimundo da Silva X Sebastiana de Araújo

Família 9 9 pessoas
pais: António Araújo X Albertina Lopes Vieira

Família 10 7 pessoas ⁽⁷⁹⁾
pais: Germana Pereira da Silva X Herculano da Silva +

Família 11 1 pessoa
Altino Moreira

Família 12 7 pessoas
pais: Jucelina de Assunção X Pedro Pereira Faustino

Família 13 9 pessoas⁽⁸⁰⁾
pais: Raimundo Faustino Dias X Maria Izuneide Miranda Dias

Família 14 14 pessoas⁽⁸¹⁾
pais: Nazaré Clarindo Figueiredo X Edinho de Figueiredo

Família 15 10 pessoas
pais: Cilene Figueiredo X Justino Rodrigues

⁷⁹ Herculano da Silva Filho casou com Dausinete Brás, de Santa Maria, comunidade vizinha. Tiveram dois filhos e continuaram morando na casa.

⁸⁰ Wanda saiu

⁸¹ Entrou Wanda, que casou com Álvaro, com mais um filho

Família 16 6 pessoas⁽⁸²⁾
pais: João de Castro X Francisca Secundina

Família 17 9 pessoas⁽⁸³⁾
pais: Georgita Clarindo X José Ribamar

Família 18 4 pessoas
pais: Raimundo Clarindo X Maria Madalena

Família 19 4 pessoas
pais: Ielete X Zé Golha

família 20 11 pessoas ⁽⁸⁴⁾
Raimundo Faustino Dias e Esmeraldina Faustino

família 21 8 pessoas⁽⁸⁵⁾
Cassiano da Silva Nogueira e Edna Pereira Nogueira

Total Vila Nova: 21 famílias, 146 pessoas

4. São Raimundo - foram embora

5. Aldeia São Pedro: tuxaua José Ramos Aparício

Família 1 10 pessoas
pais: José Ramos Aparício X Santina de Castro

Família 2 11 pessoas⁽⁸⁶⁾
pais: João Marinho Filho X Daldida Ramos

82 Saiu Josimar, que casou com a filha do Marinho

83 Nasceu uma filha e outra saiu. Foi para o Manacapuru.

84 Vieram da Nova Estrela

85 Vieram do São José

86 Uma filha casou e teve um filho. Continuam morando na casa :

Família 3 1 pessoa
pais: Ernesto Marinho X Idalinda Maya da Silva

Família 4 7 pessoas⁽⁸⁷⁾
pais: Leovindo Ramos X Regina Aparício

Família 5 3 pessoas⁽⁸⁸⁾
pais: Maria Ramos X Davi Nunes

Família 6 4 pessoas
pais: Pedro Aparício X Eloísa Ramos

Família 7 4 pessoas
pais: Adalto Aparício X Anastásio Ramos Batalha

Família 8 5 pessoas
pais: Antenor Ramos Aparício X Maria das Dores da Costa

Família 9 11 pessoas⁽⁸⁹⁾
pais: Sérgio Maya X Maria das dores Marinho

Família 10 5 pessoas
pais: Júlia Cavalcante X João Marinho

Família 11 6 pessoas
pais: Evantino Aparício X Joana Marinho

⁸⁷ Sairam duas pessoas para casar no São Pedro mesmo.

⁸⁸ Nasceu um filho

⁸⁹ Uma pessoa casou e continuaram morando com os pais

Família 12 5 pessoas

mãe: Socorro

Família 13 10 pessoas

pais: Raimundo Maya da Silva X Raimunda Ramos da Silva

Família 14 5 pessoas⁽⁹⁰⁾

pais: Laurita Marinho X Raimundo de Castro +

família 15 2 pessoas

Leni Ramos e José Marinho

família 16 4 pessoas

Bernardo Faustino e Idalina Marinho

família 17 1 pessoa

Fracisco Maia

Aldeia São Pedro: 17 famílias, 94 pessoas

⁹⁰ Nasceu mais uma criança